

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
CENTRO DE ESTUDOS EM SAÚDE DO TRABALHADOR E ECOLOGIA HUMANA

**DESEMPREGO E SAÚDE:
DILEMAS E PERSPECTIVAS NAS TRAJETÓRIAS
DOS TRABALHADORES DO ESTALEIRO VEROLME,
ANGRA DOS REIS/ RJ**

Fátima Cristina Rangel Sant'Anna

Rio de Janeiro, 2000

FÁTIMA CRISTINA RANGEL SANT'ANNA

DESEMPREGO E SAÚDE:
DILEMAS E PERSPECTIVAS NAS TRAJETÓRIAS DOS
TRABALHADORES DO ESTALEIRO VEROLME,
ANGRA DOS REIS/RJ

Dissertação de Mestrado apresentado à Escola Nacional de
Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Saúde Pública na área de
Concentração em Saúde do Trabalhador

ORIENTAÇÃO: CARLOS MINAYO GOMEZ

Rio de Janeiro, Agosto/2000

RESUMO

O crescimento dos níveis mundiais de desemprego se traduz, visivelmente, numa questão social que ultrapassa recessões conjunturais ou a justificativa de atraso econômico de alguns países e setores produtivos, evidenciando a fragilidade das estratégias para o enfrentamento do problema e suas repercussões. No Brasil, importantes estudos têm se voltado à compreensão dessa dinâmica e suas implicações. Na presente dissertação, buscamos analisar como tem se dado esse processo em Angra dos Reis / RJ, no que se refere a implantação, declínio e fechamento do estaleiro Verolme. Constatamos uma diversidade de estratégias no enfrentamento do desemprego que expressam resistência e vão muito além da mera passividade diante da situação atual. Essa experiência nos possibilita compreender que, mesmo dentro de um cenário ambíguo, cheio de incertezas quanto aos seus possíveis desfechos, as formas de sobrevivência e organização política encontradas por esses trabalhadores podem vir a proporcionar além do resgate de relações solidárias, a reinvenção de redes sociais, de vínculos com o trabalho e culturais e a perspectiva de interferir na gestão desse território, através da formulação de políticas públicas que reorientem a geração de trabalho e renda e da reconstrução de suas relações de pertencimento, contiguidade e vizinhança.

Palavras-chave: desemprego, saúde, trabalhadores

ABSTRACT

The increase of the unemployment levels throughout the world is truly a social matter that passes beyond circumstantial recessions or any justification of economical retrogression in some countries or productive fields. Therefore, it is clear that there is a fragility of strategies to face the problem and its repercussions. In this paper we try to analyze the process of implantation, decay and closure of the Verolme shipyard in Angra dos Reis, RJ, as well as its consequences on the workers' life. They expressed several different procedures to overcome the difficulties of unemployment. The experience of being in an ambiguous scenery, the uncertainty towards better solutions, the ways to survive and the political structure found by those workers may provide, not only the return of social and cultural bonds towards work, but also the perspective of interfering and administration that territory. It can be possible through the reconstruction of inner relationships, the contiguity, and also the formulation of public policies that direct and rebuild the generation of work and income.

Key-words: unemployment, health, workers

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	6
Desemprego e saúde	7
Os trabalhadores da Verolme e o enfrentamento do desemprego	15
CAPÍTULO II	16
A cidade e o estaleiro	19
Os grandes projetos e o estaleiro	22
A crise	26
Os trabalhadores salvam o estaleiro	28
As condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores	35
A situação atual	43
CAPÍTULO III	49
As trajetórias dos trabalhadores e o desemprego	51
A qualificação para o trabalho na Verolme	57
O trabalho no estaleiro e a proteção da saúde	60
As atuais relações com o trabalho e os projetos pessoais	68
Os reencontros com o lugar	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

Ao mundo do trabalho tem sido atribuídas as principais incertezas quanto aos rumos atuais das trajetórias de milhares de pessoas. Sob o amplo signo da precarização do trabalho encontra-se uma diversidade de situações e a fragmentação do mercado de trabalho nos remete a uma disparidade de estatutos e remunerações que tornam sua dinâmica ainda mais complexa. As leis desse mercado evidenciam o crescimento dos níveis mundiais de desemprego e estratégias ainda frágeis para o enfrentamento do problema e seus desdobramentos. Por outro lado, as linhas divisórias entre a situação de emprego e desemprego, estão cada vez mais tênues.

A investigação da saúde humana, sob o ponto de vista das agressões provocadas pelo processo de trabalho tem evidenciado, cada vez mais, o esgotamento explicativo das noções usuais de emprego. Da generalização do desemprego podem resultar cenários bastante ambíguos. Sua banalização, por vezes, conduz a uma tolerância social maior em relação aos desempregados e, por outras, a uma indiferença que imobiliza o surgimento de alternativas para solucioná-lo.

A formulação de estratégias de proteção à saúde neste contexto de desconstrução/reconstrução das identidades em torno do trabalho, constitui-se um desafio. Podemos verificar que coloca-se em xeque uma trama social que, historicamente, se desenvolveu tendo na inserção social pelo trabalho um de seus elementos fundamentais.

A necessidade do trabalho humano, como motor da expansão econômica e social, promoveu diferenciações no sentido que este adquiria, desenvolvendo ciclos que articulavam uma intensa divisão social e territorial do trabalho à uma produção de subjetividade essencial ao capitalismo, onde se afirma o trabalho como mediador da sociabilidade humana. No Brasil, as montagens e desmontagens desta trama s que simultâneas e, embora a relação salarial moderna que se estruturou nos países

considerados ricos, principalmente em decorrência do processo de industrialização, seja bastante recente em nosso país e não tenha adquirido dimensões suficientes para que fosse incorporada pelo conjunto dos setores produtivos, os progressos obtidos neste sentido implicaram numa aceitação extrema da racionalidade capitalista.

O que em alguns países ocorreu de forma escalonada, foi implantado no Brasil de uma só vez (Santos,1998). Articularam-se migrações brutais e desterritorializadoras, urbanizações concentradoras e galopantes, expansão do consumo de massa, crescimento econômico delirante, concentração da mídia, degradação do ensino escolar, instalação de um regime repressor, supressão dos direitos individuais elementares e o triunfo de uma filosofia de vida que privilegia meios materiais e entroniza o egoísmo como lei superior e instrumento para a desejada ascensão social.

A conquista dos direitos sociais, ainda mais tardia e frágil, é praticamente concomitante à desregulamentação desses direitos. A contratação da força-de-trabalho, através de formas individuais e dispersas, que escapam à regulamentação do Estado, ao controle e mobilização sindicais, são características históricas da organização do trabalho no Brasil. Estas formas de contratação dos trabalhadores tem aumentado nos últimos anos e contribuído para o seu crescente isolamento político.

A exemplo do que tem ocorrido no Brasil, a organização social do trabalho tem imposto valores que vêm de fora da cultura e do território (Santos,1998) e a distribuição desigual e injusta das pessoas e dos lugares, assim como o desemprego, foram considerados etapas elementares e previsíveis do crescimento econômico. Diante deste quadro, embora a constituição das trajetórias pessoais seja essencialmente dinâmica e social, os mapas que se produzem para orientação da vida têm se mostrado particularmente ambíguos e, por vezes, conflitantes.

Importantes estudos tem se voltado à compreensão dessa dinâmica no Brasil e suas implicações na formação e no cotidiano das cidades. Dentre eles, destacamos o de Minayo (1986), Lopes (1978), Neves (1994) e Guimarães *et al* (1995), onde podemos contemplar que, na vida das cidades estudadas encontram-se projetados os principais elementos da vida na(s) fábrica (s). Em torno da fábrica se dão os principais acontecimentos, se constrói e se transforma a identidade social dos habitantes, assim

como as principais lutas políticas e sociais. Dentre estas, as lutas por saúde e melhores condições de vida, que se traduzem através dos conflitos e das conquistas dentro da fábrica.

No entanto, são ressaltados também, os dilemas acerca dessa vinculação e demonstra-se que, de um modo geral, as principais lutas por saúde e melhores condições de vida dos moradores destas cidades traduziam-se nos conflitos e conquistas relativos às mudanças nos processos de trabalho das fábricas. À geração de estratégias para uma vida mais saudável colocava-se o impasse entre a extinção de processos de trabalho e a manutenção dos empregos e da vida econômica das cidades. Cada uma dessas experiências teve desfechos que resultaram das possibilidades encontradas para a construção de maior autonomia em relação a essas fábricas e/ou a transformação de seus processos de trabalho.

A presente dissertação nasceu do nosso desejo de analisar, na história de Angra dos Reis, o modo como se estabeleceu um processo com características semelhantes aos dos estudos já citados, no que diz respeito à relação entre a vida socio-econômica de Angra e o funcionamento do estaleiro Verolme. Situada no litoral sul-fluminense, no eixo Rio-São Paulo, Angra pode ser considerada uma dessas cidades onde cada reordenamento da economia foi responsável por impactos expressivos que redefiniram sua paisagem e a vida de seus moradores. Entretanto, foi no século XX e a partir da década de 70, que estes impactos, provocados por grandes projetos, modificaram sua vocação econômica impondo-lhe um perfil industrial de ponta.

A implantação do estaleiro foi se destacando na vida da cidade e através da história de seu crescimento e declínio, além do processo de industrialização do país, das mudanças nos fluxos financeiros mundiais e dos percalços da indústria de construção naval, decorrentes dessas transformações, se expressam as trajetórias dos trabalhadores e os dilemas de uma identidade territorial gerada em torno do trabalho no Verolme. As dificuldades financeiras do estaleiro, que tiveram início em meados da década de 80, vem se prolongando por todos esses anos e já provocaram dois fechamentos. O último, realizado em 1997, já perdura mais de dois anos, numa conjuntura em que o crescimento global do desemprego, as sucessivas crises econômicas do país e a escassez

de alternativas de trabalho nas regiões vizinhas podem tornar seus impactos ainda mais brutais para a vida dos moradores de Angra.

Por outro lado, a convivência com modelos de desenvolvimento divergentes recoloca a questão dos grandes projetos e seus impactos ambientais. Coloca-se, também, como desafio a realização de ações no município voltadas à proteção da saúde desses trabalhadores frente aos impactos provocados pela exclusão do mercado de trabalho.

Conhecer as trajetórias desses trabalhadores e sua atual experiência de confronto com o desemprego pareceu-nos uma oportunidade de contribuir com essas ações. Realizamos um estudo qualitativo com trabalhadores, que compõem um conjunto bastante representativo quanto à sua atuação nos diversos setores do estaleiro; participação / não participação no movimento sindical e nas suas diferentes tendências políticas. Significativo também, quanto ao tempo de trabalho no estaleiro, o que lhes permitiu relatar situações que ocorreram ainda no período do primeiro fechamento, em 1990.

Entrevistamos quatorze trabalhadores que possuíam uma longa experiência de trabalho, tanto no estaleiro quanto em outros setores e encontravam-se, no momento da entrevista, em situações diferenciadas: alguns totalmente desempregados (“parados”), outros estavam fazendo “biscate” ou conseguiram algum trabalho temporário, outros aguardando uma aposentadoria “precoce” ou afastados pelo Seguro Acidente de Trabalho do INSS com o diagnóstico de doença ocupacional e, por último, dois deles encontravam-se trabalhando na única empreiteira que estava funcionando dentro do estaleiro.

Apresenta-se no primeiro capítulo a abordagem adotada na pesquisa, apontando as principais referências encontradas no levantamento bibliográfico inicial e complementadas por outros estudos que permitiram o tratamento das questões que foram surgindo no decorrer do trabalho de campo. Pode-se dizer que este capítulo retrata “o caminho do pensamento”(Minayo,1994) e o eixo teórico da pesquisa, ao mesmo tempo em que busca sinalizar o que seriam seus aspectos peculiares.

No capítulo II reconstitui-se, através dos depoimentos dos trabalhadores, parte da história de Angra, sob a marca da implantação do estaleiro, as conjunturas mais críticas,

algumas das repercussões à saúde, o desenvolvimento das ações de Saúde do Trabalhador no estaleiro e a situação atual.

No capítulo III, relatam-se as trajetórias desses trabalhadores, alguns dos dilemas e perspectivas que compõem seu quadro de vida atual e às estratégias encontradas. Por último, buscamos refletir sobre a importância destas constatações para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde dos trabalhadores e contribuir na sua formulação.

CAPÍTULO I

DESEMPREGO E SAÚDE

O atual crescimento dos níveis mundiais de desemprego se traduz, visivelmente, numa questão social que ultrapassa as recessões conjunturais ou a justificativa de atraso de alguns países e setores produtivos em aderirem à racionalidade econômica do capitalismo e seus modelos de desenvolvimento. Como podemos verificar, coloca-se em xeque uma trama social que se desenvolveu tendo na inserção social pelo trabalho um de seus elementos fundamentais.

A atividade produtiva, além de se processar na fábrica, que passou a ser por excelência o lugar da força-de-trabalho, organizou um “território da produção” que extrapola o âmbito dos bens e serviços, proliferando uma enorme rede de relações sociais necessárias à sustentação do *modus vivendi* capitalista, no qual o trabalho desempenha funções simbólicas e disciplinares que coexistem com sua função produtiva. A relação salarial tornou-se a principal responsável por uma crescente regulação da força-de-trabalho, em detrimento das formas de organização social que desempenhavam o papel de proteger indivíduos e grupos de situações vulneráveis, sem que, necessariamente, representassem uma inserção no mercado de trabalho assalariado.

Foi sendo delineada uma ética produtiva que impôs essa inserção como suporte e onde “ser um sujeito implica sempre a obrigação de ocupar um *estado* e de ter uma posição em uma rede de coações que é, ao mesmo tempo, o único sistema possível de reconhecimento, de troca e de assistência” Castel (1996:28), a partir do qual, se desenvolveriam as trajetórias pessoais. Em nossos dias, a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho encontra-se ligada à redefinição de zonas de vulnerabilidade e exclusão-desfiliação social.

“O salário deixa de ser a retribuição pontual de uma tarefa. Assegura direitos, dá acesso a subvenções extra-trabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo, lazer” (Castel, 1998: 416). Nesse contexto, os agravos à saúde provocados pelo desemprego surgem como desdobramentos das situações de perda de um trabalho concebido enquanto instância primordial da relação entre indivíduo e sociedade.

Os estudos existentes mostram diversas dessas situações onde, ao longo da experiência temporal de enfrentamento do desemprego, as dificuldades de reinserção no mercado de trabalho podem se tornar responsáveis pelo surgimento dos problemas de saúde. Podemos destacar as elevações nas taxas de morbi-mortalidade por doenças respiratórias e cardio-vasculares nas populações desocupadas, encontradas nos EUA através dos estudos de Kasl & Cobb (1970-1975) e os de Brenner & Mooney (1982), que observaram o mesmo na Grã-Bretanha .

No que se refere as taxas de morbidade psíquica, alguns autores constataram que são mais elevadas nas populações desempregadas, em países como a França (Phillippe,1990); a Itália (Crepet,1990) e a Austrália (Morel *et al*, 1994). As correlações existentes entre as taxas de suicídio e as de desemprego constituem-se num objeto clássico do campo da saúde. Philippe (1990) e Crepet (1990), realizaram importantes revisões bibliográficas sobre o tema e assinalam que, mesmo considerando-se as especificidades quanto à gênero, faixa etária, classe social, qualificação profissional e tempo de permanência no emprego, na maioria dos estudos existentes constata-se correlações positivas entre o risco de suicídio e o desemprego.

Estudos como os de Figá (1988) na Itália, Mason (1997) no Canadá e Lecrubier *et al* (2000) na França, assinalam que a demanda por assistência médica, psicológica e internações hospitalares das populações de desempregados, também é, significativamente, mais elevada que nas demais. Na América Latina, estas constatações fazem parte dos estudos de Laurell & Serrano (1982); Echeverria (1982) e de Seligman-Silva (1994/1997), dentre outros.

Crepet (1990) e Seligman-Silva (1994) buscaram delimitar o “estado da arte” deste campo de estudo, reconhecendo sua complexidade e o fato de ainda existirem mais questões do que respostas. Ambos ressaltam que as influências dos agravos provocados pelas recessões econômicas e pela elevação das taxas de desemprego nos indicadores de morbi-mortalidade se manifestam, em algumas situações, apenas num período posterior a essas recessões e, para serem detectadas, exigem procedimentos metodológicos rigorosos durante prolongados períodos de pesquisa.

As transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho acrescentam novas dificuldades no monitoramento desses indicadores. As linhas divisórias entre a situação de emprego e desemprego estão cada vez mais tênues e as taxas de pobreza em países como o Brasil tem sido elevadas, mesmo na parcela da população que se encontra empregada (DIEESE, 1998; Barros, 1997). Sob o amplo signo da precarização do trabalho encontra-se uma diversidade de situações.

As repercussões do desemprego não se limitam às populações desocupadas. O modo como segmentos da população trabalhadora vem se retirando do espaço da fábrica, ocupando outros espaços, tais como, o doméstico e a rua, nos remete a uma disparidade de estatutos e remunerações que tornam essa dinâmica ainda mais complexa, sinalizando o esgotamento explicativo das noções usuais de emprego.

A dinâmica imposta pelas empresas constrói uma série de dispositivos que tornam a relação entre emprego e desemprego complementares, cujas repercussões convergem para aqueles que se encontram em risco eminente de perder o emprego e para os familiares, em especial, os dependentes da pessoa ocupada. Philippe (1990), Brenner & Mooney (1982), Dejours (1983/1985/1999) e Seligmann-Silva (1994 / 1997) apontam que as ameaças constantes de perda do emprego vem sendo utilizada pelas empresas para o aumento da competição entre os trabalhadores e a maximização da produtividade.

Na intensificação das jornadas e exigência da polivalência dos trabalhadores intensificam-se os riscos de acidentes e outros agravos, sem que haja, por parte das empresas, maior investimento na prevenção desses riscos. Ao contrário, o que geralmente ocorre é a ausência de investimentos nas condições de trabalho e na proteção da saúde e o esvaziamento das negociações por melhores condições de trabalho.

Os problemas de saúde dos trabalhadores, por sua vez, constituem causa demissional relevante e também de impedimento a reinserção no mercado de trabalho. Mesmo quando não explicitados pelas empresas, alguns critérios suscitam a construção pelos trabalhadores de mecanismos defensivos que visam ocultar os problemas de saúde e o sofrimento diante dos riscos no trabalho (Selligman,1994/1997; Dejours,1983/1999).

Diante deste quadro, as trajetórias pessoais podem ser tanto mais desoladoras quanto mais aguda for a pobreza e as responsabilidades perante a família.

De um modo geral, estes estudos destacam uma certa visão, presente no imaginário social, de que a única alternativa é o retorno à situação anterior de emprego. Visão esta que seria responsável pela adoção de mecanismos defensivos por parte dos trabalhadores, no sentido de ocultar o desemprego através do trabalho precário ou da identidade de doente. Laurel & Serrano (1982), ressaltam que a construção desse tipo de identidade e a busca do diagnóstico tornam-se um recurso utilizado pelos trabalhadores como proteção, frente ao estigma gerado em relação aos desempregados e para assegurarem a própria subsistência em países onde a seguridade social quanto ao desemprego inexistente ou é frágil.

Por outro lado, esse conjunto de fatores evidencia que o desemprego é apenas o signo mais visível da desestruturação de um mercado de trabalho, supostamente, capaz de auto-regular uma parte de suas disfunções garantindo aos seus empregados a cobertura mínima dos riscos sociais. Coloca em xeque a inserção social pelo trabalho e “como um paradoxo das sociedades salariais modernas, o equilíbrio entre a promoção do indivíduo e o pertencimento a coletivos protetores pois, trata-se de uma estrutura inédita, ao mesmo tempo que sofisticada e frágil” (Castel, 1998:595), e o que se verifica, é uma certa perplexidade diante desta fragmentação.

A compreensão desses fatores e de sua importância para o enfrentamento do desemprego nos remete a um questionamento da soberania atribuída à relação salarial e do quanto torna-se precária uma sociedade que se apóia basicamente nesta relação. Neste sentido, alguns autores vem sinalizando diferenciações significativas entre situações onde as formas de comunicação e de integração sociais estabelecidas impulsionaram soluções coletivas e a organização política dos desempregados, e aquelas onde isto não tem ocorrido.

Menéndez (1984), constatou na Espanha a importância destas alternativas, enquanto formas de evitar que a falta de trabalho chegasse a gerar patologias nos desempregados do meio rural. No meio urbano, a ausência destas alternativas teria, segundo o autor, contribuído para o agravamento do quadro de saúde dos desempregados.

Estudos realizados por Lira & Weinstein (1983), analisam o desemprego no Chile num período de ditadura militar, e também, ressaltam a importância das práticas sociais como instrumento de transformação social, numa cultura que imputa ao desemprego uma conotação individual e de fracasso pessoal. As autoras questionam a sobrecarga imposta às relações privadas, em especial as familiares, quando estas tornam-se os únicos suportes para o enfrentamento do desemprego. Concluem que, não sendo possível aos desempregados a construção de referências no campo socio-político que lhes sirvam de alternativas e propiciem a organização coletiva, agrava-se a pobreza, a alienação, o isolamento social, o desequilíbrio na dinâmica psíquica dos desempregados e os problemas de saúde em geral.

Em países como, a França (Bourdieu, 1999), a Itália (Figá, 1988; Preti *et al*, 1999) e os EUA (), as dificuldades de coesão comunitária, a fragilidade dos fatores étnicos e culturais de integração transformam-se em agravantes da situação de saúde dos desempregados, em especial, daqueles que são migrantes. Para estes, a obtenção de um novo emprego assume um papel fundamental, visto que, diante do desemprego, sofrem um extremo retraimento de sua vida social.

Na América Latina, em especial no Brasil, as mesmas constatações são sinalizadas por Becker (1985) e Seligmann-Silva (1997). Esta última, ao estudar o desemprego de longa duração em seis capitais brasileiras, descreve a ambiguidade de um quadro onde se reafirmam os obstáculos ao enfrentamento do desemprego através da ausência de integração entre as políticas públicas de saúde, educacional, previdenciária, de geração de emprego e de prevenção do desemprego. Assinala que a vinculação às redes sociais de apoio e a preservação dos laços familiares aparecem em seus estudos como fatores primordiais de proteção à saúde dos trabalhadores.

O desemprego cria uma diversidade de situações que, mesmo quando não configuram um quadro de doenças, elucidam a fragilidade dos vínculos relacionais e das conquistas sociais referentes à inserção social através do emprego. Ressalta-se, portanto, que o principal desafio no enfrentamento do desemprego não consiste apenas no combate à miséria mas, fundamentalmente, na transformação dessa fragilidade social. Pois, a reinserção dos desempregados no mercado de trabalho, mesmo quando permite atenuar

os impactos provocados pelo desemprego, já não é mais suficiente para assegurar a solução da questão social, tal como esta se coloca hoje.

Na revisão da literatura que trata das relações entre desemprego-saúde e suas implicações contemporâneas, pudemos constatar que o crescimento do desemprego se traduz numa questão ético-política que coloca aos nossos olhos um “cenário onde emprego e assalariamento são relações sociais historicamente constituídas, cuja crise também tem um papel revelador” (Athayde,1997). Dentre os inúmeros percursos adotados pelos autores para analisar esta questão e fornecer subsídios a uma intervenção capaz de mitigar as repercussões do desemprego nas dimensões em que este se apresenta hoje, existem aqueles estudos que buscam tratar o desemprego como um duplo processo que vai da integração à exclusão pelo trabalho e da inserção ao isolamento sócio-relacional

Diante da ambiguidade deste quadro, as redes sociais assumem uma importância cada vez mais significativa na proteção à saúde dos desempregados e na busca de alternativas que apontem, não só para a reinserção dos desempregados no mercado de trabalho, mas também, para transformações sociais capazes de abrigar novas formas de produção e de inserção social. Para apreendê-las, necessitamos, como afirma Castel (1998), recompor o panorama da questão social, redefinindo uma problemática que traz transformações recentes, rupturas e recomposições das sociedades numa conjuntura inédita. Num contexto em que a generalização do desemprego e uma nova vulnerabilidade de massa, como etapas previsíveis do crescimento econômico, convidam-nos a repensar a estruturação das formas de sociabilidade.

Para autores como Dejours (1999:24), também não é o rápido crescimento do desemprego que pode explicar uma surpreendente tolerância social ao sofrimento alheio. Mas, “justamente a falta de reações coletivas de mobilização que possibilita o aumento progressivo do desemprego e de seus estragos psicológicos e sociais, nos níveis que atualmente conhecemos”.

A ênfase que vem sendo dada aos indicadores quantitativos referentes ao crescimento do desemprego em níveis mundiais e o tratamento homogêneo desses indicadores, por vezes, têm contribuído apenas para agravar o desalento, a perplexidade geral, a

impotência coletiva, intimidando o surgimento de alternativas. Torna-se imprescindível, então, o resgate das experiências que vem sendo geradas no sentido de se contrapor a essa transformação qualitativa da sociedade, que nos últimos anos tem resultado numa evolução das reações sociais ao sofrimento e a injustiça. Dejours (1999) ressalta que essa evolução se caracteriza pela indiferença, tolerância e resignação coletivas, e pelo fato de que nem todos partilham do ponto de vista de que as vítimas do desemprego e da exclusão social seriam também vítimas da injustiça social.

O desemprego cria uma série de situações com elementos comuns e elementos diferenciados, cujas especificidades também precisam ser levadas em conta. Pois, a produção de alternativas se coloca para nós como o desafio primordial, tanto no âmbito global, no qual o desemprego estrutural pode gerar como desfecho a “clivagem” (Dejours,1999) entre as populações que trabalham e aquelas que são vítimas do desemprego e da injustiça social quanto no âmbito das implicações locais que a intensa divisão social e territorial do trabalho, responsável pela distribuição injusta das pessoas e dos lugares, tem provocado.

As implicações do desemprego à saúde dos trabalhadores tem sido uma das questões primordiais da Saúde Pública e se convertido num campo novo de investigação teórica e metodológica. Um campo que está “por construir-se” (Cuéllar e Noriega,1996) e cujas dimensões contemporâneas se diferenciam daquelas que, historicamente, vêm sendo abordadas. O crescimento do desemprego nos traz a necessidade de resgatar e recriar formas de inserção social que estejam pautadas em outros domínios da vida, mostrando o quanto é insustentável se pensar alternativas que dissociem o trabalho desses domínios.

OS TRABALHADORES DA VEROLME E O ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO.

Os impactos provocados pelo desemprego à saúde dos trabalhadores em Angra e, especialmente, aos trabalhadores do estaleiro Verolme, têm sido uma das questões

primordiais na implantação das ações de saúde do trabalhador na região, como veremos no capítulo seguinte. O fechamento do estaleiro no atual contexto de restrição do mercado de trabalho, associado à crise do setor naval, produz um cenário ainda mais conturbado, tanto para os trabalhadores do estaleiro quanto para a cidade, cujo mercado de trabalho direta ou indiretamente tem sido bastante influenciado pelo estaleiro.

Ao realizarmos o presente estudo, buscamos trazer, num recorte dessa situação, as implicações do fechamento do estaleiro para os trabalhadores, na expectativa de conhecer suas estratégias de enfrentamento do desemprego e refletir sobre o modo como as ações de Saúde do Trabalhador na região podem contribuir no desenvolvimento dessas estratégias. Pretendíamos assim, melhor compreender não só os impactos e rupturas provocados pelo desemprego, mas o modo como algumas relações se preservam ou se reconstróem, assegurando um espécie de acolhimento social dos desempregados que pode vir a proteger-lhes de sua invalidação social.

Direcionamos nossa abordagem para as trajetórias de vida dos trabalhadores, enfocando, privilegiadamente, suas histórias de trabalho, por concordarmos que, diante da situação atual, o sofrimento dos que trabalham assume formas novas e inquietantes, e “é penetrando mais fundo no mundo do trabalho que podemos prosseguir a análise da tolerância social frente ao sofrimento e à injustiça, pois a impossibilidade de exprimir e elaborar o sofrimento no trabalho constitui importante obstáculo ao reconhecimento dos que estão sem emprego” (Dejours,1999:46). Buscamos reconstituir os caminhos pelos quais se dá e se transforma a inserção desses trabalhadores no mundo do trabalho, reconhecendo, no entanto, tratar-se de um processo que se inicia muito antes do acesso à primeira ocupação e encontra-se na base da subjetividade, sendo vivenciado afetivamente pelos sujeitos.

Recorremos à história oral como instrumento capaz de contextualizar a experiência do desemprego ao longo das trajetórias de vida desses trabalhadores. Esta opção possibilitou uma reconstrução das experiências vividas, composta por veracidades e cronologias que nem sempre coincidem com a história oficial mas, que permite articular os diferentes domínios da vida, favorecendo o reposicionamento desses trabalhadores como sujeitos no cenário histórico. Na história oral, como afirma Bosi (1994), a narrativa consiste numa reconstrução de imagens e projetos que é, também, uma

reconstrução de sentido. Permite estilizar pessoas e situações numa mistura capaz de recuperar essas experiências em sua dimensão social, resgatando, através do fio da história, da continuidade da vida, a continuidade e o sentido do trabalho.

Este reposicionamento fez surgir, ao longo dos depoimentos uma história do lugar, de um território no qual relações de pertencimento são indissociáveis de suas perspectivas e no qual estas se transformam e podem dar novos rumos às experiências de desemprego. Fez surgir uma história que é coletiva, os indícios de uma luta contra as pressões provocadas pelo trabalho e pela ameaça de desemprego, e a ênfase na construção de uma normalidade, como afirma Dejours (1999), que se torna enigmática e na qual trabalho e ação coletiva se imbricam.

Esta compreensão torna possível resgatar dimensões do cotidiano que se articulam e constituem elementos fundamentais à intervenção nos processos saúde-doença e à transformação das práticas sanitárias, assim como das relações trabalho-saúde. Neste sentido, reafirmar o direito à saúde, assegurar o desenvolvimento de ações voltadas às especificidades dessa nova situação e à superação das dicotomias que colocam distantes empregados e desempregados, parece-nos fundamental. A conquista do que é saudável, do que promove a saúde, pode ser vista como algo que agrega, como uma busca que mobiliza a ação política, se desdobra em variações bastante complexas e pode imprimir uma outra dimensão ao enfrentamento do desemprego.

*Ceguei ao nome da cidade
Nãa a cidade mesma espessa
Essa cidade me atravessa*

*Serã que tudo me interessa
Cada coisa é demais e tantas
Quais eram minhas esperanças
O que é ameaça o que é
promessa..*

Caetano Veloso

CAPÍTULO II



A CIDADE E O ESTALEIRO

O processo de desenvolvimento da sociedade capitalista tem articulado uma intensa divisão social e territorial do trabalho. Imprime novas paisagens, novos domínios, e cada divisão do trabalho, como motor da vida social, cria um tempo diferente do anterior. Deste modo, Angra dos Reis, inicialmente um conjunto de enseadas que servia de pouso aos colonizadores e ao desembarque de escravos, este trechinho de terra apertado entre o morro e o mar, foi se tornando uma cidade e passou a desenvolver atividade econômica intensa, cuja complexidade é bastante peculiar, se comparada aos demais municípios brasileiros.

“Todos os grandes ciclos econômicos do Brasil, exceto o da borracha, passaram por seu território(...) Na segunda metade do século XIX, o declínio da economia cafeeira e o término do tráfico de escravos provocaram grande decadência na economia angrése, acentuada pela construção da estrada de ferro Pedro II (1877), que ligava o eixo Rio-São Paulo pelo Vale do Paraíba, sem nenhum ramal de ligação com o porto de Angra dos Reis. Conseqüentemente, a localidade ficou isolada, e o porto perdeu importância econômica” (Guimarães, 1997:33).

O município foi sofrendo um esvaziamento populacional em função do declínio econômico e de seu isolamento geográfico. Apenas neste século, a partir da conclusão do terminal ferroviário e da reconstrução do porto, em 1932, a vida econômica da cidade foi sendo dinamizada. Na década de 1950, um afã desenvolvimentista impregnou de tal forma os dirigentes políticos locais que os moradores foram indenizados pelo poder público para demolirem suas casas, datadas do século XIX e até do XVIII, substituindo-as por outras no estilo arquitetônico da época.

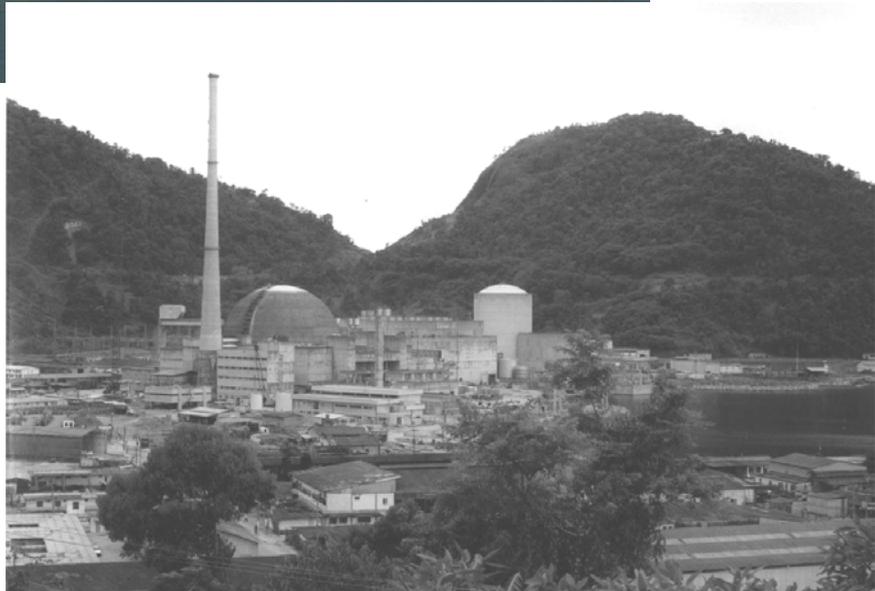
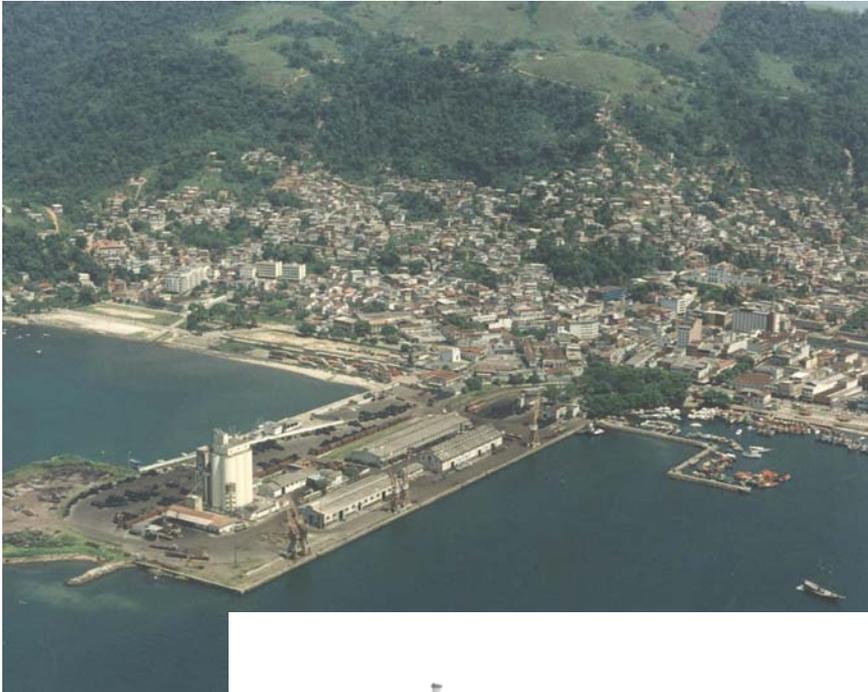
Evitou-se, assim, o perigo de o município ser tombado pelo Patrimônio Histórico, como ocorrera com a cidade vizinha Parati, e lhe foi impressa uma nova “cara”, marcada pela promessa do progresso. Aos poucos, essas atividades foram transformando seu recorte geográfico e “com trabalho se fez esta cidade” - tema do 1º de maio/1996 em Angra dos Reis.

A construção do estaleiro Verolme, no final dos anos 50, consolida a retomada do crescimento da cidade e de sua importância no panorama econômico nacional. No entanto, por um longo período, as atividades econômicas tradicionais no município ainda eram compatíveis com a presença do estaleiro. No início dos anos 70, a implantação de grandes projetos nacionais foi transformando o modo de ocupação do solo de Angra, e áreas extensas, tipicamente rurais, foram sendo rapidamente ocupadas e transformadas em áreas urbanas.

“A primeira grande mudança que precedeu a implantação desses projetos foi de cunho político: em julho de 1969, através do Decreto-Lei nº 672, o município é declarado Área de Segurança Nacional, e o chefe do executivo passou a ser indicado pelo Presidente da República, retirando da sociedade angrése o direito de eleger diretamente o prefeito” (Guimarães, 1997:37).

Neste contexto, foram implantados no município: a Central Nuclear (Furnas Centrais Elétricas), o Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG) e a Rodovia Federal Rio-Santos (BR-101), que viabilizou grandes empreendimentos turísticos na região, através da rápida transformação da região de Angra de prioritária, para fins de Reforma Agrária (decreto nº 70.986/72), em Zona Prioritária de Interesse Turístico (Decreto nº 71.791/73). Angra tornou-se fértil aos projetos turísticos classe A, fator decisivo para sua transformação econômica e ambiental.

Trabalhadores oriundos de diversas regiões do país chegaram a Angra em busca de trabalho e da prosperidade que o município oferecia. Dos que ali residiam, alguns foram abandonando as plantações e a pesca que, embora ainda sejam importantes, não são mais as principais atividades econômicas do município (durante anos Angra foi o principal pólo pesqueiro do estado). Deslocaram-se para trabalhar na construção civil, no estaleiro que chegou a ser o maior da América Latina, na única usina nuclear do país e desenvolver atividades voltadas para o turismo crescente.



OS GRANDES PROJETOS E O ESTALEIRO

Na sua fase de implantação, o estaleiro Verolme já ocupava cerca de 2 mil trabalhadores e chegou a 6 mil 10 anos depois, contribuindo com a elevação da taxa salarial do município, da arrecadação de impostos e outros efeitos multiplicadores da economia local. Além disso, ao investir na qualificação técnica da mão-de-obra, através de uma escola de formação profissional, a Verolme se destacou das demais empresas do município e contribuiu, de forma decisiva, na transformação do perfil profissional dos trabalhadores.

Pioneira como empresa de seu porte a se instalar em Angra, a Verolme também instaurou uma política de captação e fixação de recursos humanos bastante ampla e que previa a qualificação da mão-de-obra local.

“a Verolme tinha uma escola profissional, conhecida popularmente como escolinha, ela deu a muitos jovens, hoje já idosos, profissão, deu honra, deu garantia (...) Na escola a gente começava como aprendiz, você ganhava um salário mínimo, mais 35%. Já começava ganhando muito mais que os outros setores todos, dos outros salários de aprendiz da redondeza.” (eletricista1).

Dentro dessa política foram construídos alojamentos para os trabalhadores que residiam fora do município e vilas residenciais, de propriedade da empresa, para instalar alguns trabalhadores que vieram residir com as suas famílias.

“naquela época se fichava muito, houve uma corrida muito grande para Angra, tinha a Verolme, tinha a Usina Nuclear que tava começando (...) realmente a mão-de-obra utilizada não era totalmente de Angra dos Reis, tinha cerca de 40 ônibus que saía daqui da Verolme, para Paracambi, para Caxias, Queimados, Niterói, Nova Iguaçu, Rio Clar (...) foi superaquerendo a oferta de pessoas (...) vimos a cidade crescer muito, a Japuiba não tinha nada, Jacuecanga praticamente não existia (...) você vê que essas casas aqui, a Verolme teve de construir para o cara ficar senão ele não ficava e a oferta de emprego naquela época era boa.”(projetista1)

Outras moradias foram financiadas para os trabalhadores pelo Sistema Financeiro de Habitação como uma contrapartida governamental que contribuía para a fixação da mão-de-obra na região e atendia à necessidade dos trabalhadores.

“isso foi uma reivindicação do movimento sindical, porque trazia muita gente de fora e estava causando um problema muito sério, então foi feito um contrato com a Caixa Econômica, uma caderneta de poupança, nós financiamos durante um ano e primeiro saiu o BNH e depois o Village. Tem mais ou menos uns dezesseis anos (...) pra mim, eu já morava em Angra, realizei o sonho da casa própria comprada com o meu próprio suor. É muito gratificante, eu já casado, realizar o sonho da casa própria, saí do aluguel. Então foi ótimo pra mim como pra muita gente. Hoje já tá crescendo, porque filhos e filhas já aumentaram as casa, moram ao lado.” (eletricista 1)

Estas diferentes formas de habitação possibilitavam aos trabalhadores que residiam ou ficavam alojados nas vilas um cotidiano bastante diferenciado daqueles que habitavam os bairros da cidade. No caso dos primeiros, além de compartilharem a vizinhança e os momentos de lazer com os colegas de trabalho, esta estratégia facilitava um maior controle da empresa sobre a vida desses operários, que se organizava basicamente dentro das vilas.

“a Verolme tinha um ótimo salário, o restaurante era distinto. Era assim os plaquetas verde, o lado de lá era plaqueta azul (...) a vida na Vila era legal, só tinha uma coisa: você vive muito a empresa (...) tava em casa chegava alguém vamos lá, tá pegando aqui (...) a semana toda você vivia a empresa.” (projetista1)

Porém, grande parte dos trabalhadores vinculados às empreiteiras ou mesmo diretamente à empresa não recebiam garantias quanto à sua residência na cidade, o que gerou uma grande demanda por moradia e, conseqüentemente, construções irregulares.

O mesmo acontecia com os outros grandes projetos implementados na região, sem que fossem realizados os investimentos na adequação da infra-estrutura urbana.

Os benefícios gerados através dos projetos da Usina Nuclear e do TEBIG, não corresponderam à expectativa. Devido à autonomia em relação à cidade e a isenção de impostos dada a Furnas pelo Governo Federal, eles não causaram o mesmo impacto no município que o estaleiro (Guimarães, 1997). A partir da década de 1970, diante do desordenado processo de parcelamento do solo para a construção de condomínios fechados, os antigos moradores de Angra foram perdendo o acesso à terra e ao mar, fundamentais ao desenvolvimento de suas principais atividades produtivas, que eram a pesca e a agricultura.

Após o término da construção de Angra I, a mão-de-obra utilizada para o funcionamento da usina era bastante especializada e captada fora do município. A oferta de trabalho para os moradores da região diminuiu ainda mais, e boa parte dos trabalhadores que participaram da construção da usina permaneceu no município a procura de novo trabalho. Deste modo, o emprego no estaleiro, além de corresponder à figura do trabalhador ligado ao progresso, que se implantava no país como modelo, foi também uma das poucas alternativas de trabalho de que dispunham os moradores da região.

Apesar de ser considerado árduo, o trabalho no estaleiro era um dos mais cobiçados, até mesmo pelos jovens que iam-se inserindo no mercado de trabalho. Estes fatores proporcionavam aos trabalhadores da Verolme um padrão de vida e consumo superior ao dos demais da construção naval e um lugar privilegiado junto aos habitantes do município.

“você ia fazer compra em Angra dos Reis, crediário, qualquer loja, dizia que era da Verolme, não era nem verificado SPC, tinha credibilidade.” (pintor3)

A Verolme tornou-se para Angra, um dos monumentos mais imponentes da identidade social que ali se construiu: onde era possível transitar à procura de emprego, fosse migrante, fosse “da terra”.

“os meus familiares todos passaram pela Verolme, todas as pessoas que a gente conhece em Angra passou pela Verolme e de muitos outros municípios, que a gente anda por essas redondezas, passaram pela Verolme, norte de Minas, interior de São Paulo, Costa Verde (...) porque a Verolme foi uma empresa que já teve doze mil funcionários diretos e, indiretamente, representava aí quase vinte mil trabalhadores. Então ela era fundamental na questão social, econômica do Rio de Janeiro, não só de Angra dos Reis.” (eletricista 1)

Ainda na década de 1970, o estaleiro chegou a ser considerado o maior da América Latina e o segundo maior do mundo. Sua presença na vida da cidade tornou-se fundamental.

“a Verolme para Angra dos Reis, ela foi um suporte econômico, toda vida foi. Ela tinha um investimento político. Ela tinha uma escola de formação profissional, era muito importante para os trabalhadores e os filhos de trabalhadores (...) A Verolme tinha uma festa do aniversariante do mês, final de ano era uma festa, tinha churrasco, tinha alguma programação, eu me lembro que uma vez veio as mulatas do Sargentelli, tudo pra agradar, né (...) lançamento de navio era uma festa, churrasco, vinha gente da região toda pra entrar no estaleiro, ela tinha uma política social de integração do trabalhador, evidente que uma política empresarial, mas tinha. Pra você ter uma idéia, ela tinha um programa de rádio pra cidade, tinha um investimento de se contrapor ao sindicato. Quando tinha uma greve, o programa jogava pesado, era comandado pelo Itaim Turíbio, aquele vozeirão.” (pintor 2)

“a Verolme é o carro chefe de Angra, toda vida foi, porque a Verolme mesmo fez este pessoal.” (encanador1)

Esta reinscrição da cidade na dinâmica da economia nacional trouxe, também, um novo cenário político à região. Os grandes projetos, responsáveis pelas inúmeras transformações, deflagraram uma série de conflitos que tinham na luta pelo direito à terra um de seus principais expoentes.

Os movimentos sociais existentes foram-se fortalecendo e, na década de 1980, passaram a convergir para reivindicações comuns no que tange ao direito de eleger seus governantes e de participar diretamente da formulação das políticas sociais locais (Guimarães, 1997). Tanto a direção do estaleiro quanto o movimento sindical participaram ativamente da vida política da cidade. Este último foi um dos atores sociais importantes na redemocratização política do município, que teve curso a partir da década de 1980.

A CRISE

Os trabalhadores costumam datar o início da crise no estaleiro nos primeiros anos da década de 1980. Os sucessivos escândalos na construção naval, em níveis nacional e internacional, foram apontando uma conjuntura desfavorável ao crescimento do setor e o esgotamento das alternativas propostas pelo Estado no sentido de solucionar a crise.

“a construção naval teve duas, aliás três crises. A primeira ainda em 1978 com o final do I Plano Nacional da Construção Naval, só que os empresários na época e o governo, a política era de incrementar a construção naval (...) Estava começando de fato a crise da construção naval, porque a crise da SUNAMAN aconteceu em 1979, mas o governo recorreu a recursos externos. Quando foi em 83 veio o escândalo, quebrou mesmo, foi o final da autarquia (...) o setor quebrou. Em 87 quebrou a EMAQ, a ISHIBRAS precisou de mais ingestão de capital externo, em 90 quebrou aqui, foi a segunda grande crise do estaleiro.” (pintor 2)

“em 85 teve uma crise de navios, havia dez navios, e a gente soube que o Paulo Góes, era genro do Peter Landsberg, tomou as ações dele e, em seguida, levou o dinheiro de seis navios e foi embora pra Bélgica, jogar polo. Faliu e deixou os trabalhadores aqui. Tinha dez navios para serem construídos. Inclusive, um deles tá sendo lançado agora pelo tempo que ficou desde 85, o Hamburg Suds.” (eletricista 1)

Em 1990, o estaleiro fechou as suas portas pela primeira vez. O impacto foi imediato, parte dos trabalhadores foi demitida, e outra ficou aguardando uma solução durante meses, tendo seus salários atrasados ou suspensos.

*“foi um choque muito grande, a gente não esperava que isso fosse acontecer (...) o estaleiro fez o seguinte: ele fechou as portas e depois começou a mandar cartas demitindo as pessoas em casa, mas ele não tinha como pagar a rescisão (...) Eu fiquei porque o estaleiro não parou totalmente. Ele fechou, mas ficaram em torno de 150 pessoas que estavam fazendo um serviço que tinha de ser entregue. Mas, eu cheguei a ficar uns meses em casa... acabava o serviço, a gente vinha para casa, a gente ia lá e não recebia, mesmo trabalhando, a gente ia lá e recebia aquele valezinho... manter a memória do estaleiro as pessoas que tinham as coisas organizadas permaneciam porque nem tudo era computadorizado em 90... isso durou um ano e meio...depois ela começou a dar o vale pra quem estava em casa, e a gente que estava trabalhando recebia o mesmo vale.”
(projetista 1)*

Paulatinamente, as garantias sociais também foram sendo retiradas ou negociadas como parte da dívida trabalhista do estaleiro. A crise abalou toda a economia do município.

“foi um caos, muitas lojas fechando, o comércio tinha muita venda, caiu muito, aumentou o número de assaltos em Angra, o número de mortes. Quando a Verolme reabriu, foi um alívio para a comunidade, voltou praticamente ao normal (...) só que a população de Angra aumentou muito, e as pessoas continuaram a vir de fora por conta da reabertura do estaleiro. Vieram porque o desemprego estava geral, e as pessoas precisavam buscar espaço.” (projetista 1)

Os outros setores produtivos da cidade eram, por sua vez, incapazes de abarcar toda essa mão-de-obra, não só pelo seu volume, mas, também, pela qualificação profissional, em alguns casos bastante específica.

“nossa, muito ruim, igual tá sendo agora (...) hoje você tá encontrando muita gente reclamando. Ontem encontrei duas

peças no ônibus que me falaram: lá em casa tá sem nada tô indo pra pescar agora, pescar!!! (...) o pessoal do Village nem se fala, nós aqui da Japuiba que moramos nessa região aqui, aqui tem muito condomínio, a gente arruma muito biscate (...) mas o pessoal que morava no Village era o pessoal que veio todo de fora, então não tinha conhecimento pra nada (...) teve que vender até o que tinha dentro de casa, pra comprar comida, você só via cheiro de peixe no Village, só cheiro de peixe.” (jatista 2)

OS TRABALHADORES SALVAM O ESTALEIRO

Em 1985, o sindicato conseguiu realizar uma greve contra a demissão de, aproximadamente, 2 mil trabalhadores, que durou cerca de um mês. Embora grande parte das demissões tivesse ocorrido pouco depois, o movimento sindical saiu fortalecido e sofreu diversas transformações. A direção anterior, que havia ocupado o cargo por mais de 20 anos via indicação em assembléia, foi destituída, e nova direção assumiu por eleição direta.

“o sindicato de Angra vinha de uma pessoa que era liderança desde o período da ditadura, ele ficou vinte anos (...) antes aqui não era sindicato, era uma associação, depois delegacia. Existia antes do golpe, o Pacto de Unidade e Ação. O setor naval e a construção naval eram um só (...) o sindicato vinha de um sistema meio viciado, e os acordos na época, apesar da conjuntura ser favorável aos trabalhadores no processo de luta, ele não encaminhava. Com o processo de demissão de 85, esse processo acabou chamando os trabalhadores à reflexão, inclusive com relação a liderança” (eletricista 2)

Apesar das dificuldades que o estaleiro começava a enfrentar, a maioria dos entrevistados considera este período como de um crescimento político decisivo no curso do movimento sindical e das conquistas que os trabalhadores obtiveram dali por diante.

“eu era do delineamento, o delineamento era a área mais politizada lá dentro, a gente falava de política o dia inteiro (...) a gente tinha uma influência muito grande sobre o peão... a nossa chefia queria o trabalho pronto se estava pronto você tinha tempo para discutir de brigar...a gente queria trazer o PT para Angra, a gente queria ganhar a prefeitura” (projetista 1)

Estas transformações foram estratégicas também no processo de democratização do município, e os metalúrgicos, desde então, passaram a ter representantes no governo municipal, tanto no poder executivo quanto no legislativo.

No período do fechamento do estaleiro em 1990, o movimento sindical se encontrava bastante fortalecido e liderou as negociações junto aos empresários e a diversos órgãos governamentais, no sentido de renegociar as dívidas e encontrar novos investidores.

“a Verolme, em 90, tinha uma carteira de doze embarcações: cinco navios da Petrobrás, três corvetas da Marinha de Guerra e parece que quatro da Vale do Rio Doce, tinha um ferramental violento, foi uma crise diferente de agora (...) a empresa fechou as portas, o sindicato entrou com dois processos para garantir o pagamento das indenizações e outro para os salários (...) conseguiu bloquear recursos da Marinha de Guerra destinados para o estaleiro. Quando houve o bloqueio, a Verolme chamou para a negociação, houve o pagamento e a CEQUIP, que na época administrava o EMAQ, fez uma proposta de administrar o estaleiro.” (pintor 2)

As formas de inserção desses trabalhadores na cidade foram fundamentais nas estratégias encontradas para enfrentamento do desemprego. Nas vilas, a situação era precária para todos, e, na tentativa de encontrar soluções coletivas, somavam-se alternativas que pudessem minimizar o impacto do fechamento do estaleiro e assegurar a subsistência das famílias enquanto a situação não era solucionada.

“os trabalhadores estavam tão unidos, aí também, a importância do movimento sindical...Nós tentamos fazer o mesadão. Tinha mais ou menos uns quatro mil trabalhadores, e só tinha obra para setecentas pessoas e comida também, no caso. O que que nós fizemos: setecentos

trabalhadores ficaram trabalhando na empresa, e tudo aquilo que a gente arrecadava durante o mês era dividido pelos quatro mil. O pessoal tava lá fora tentando conseguir biscate, e nós aqui, tudo que era arrecadado era dividido por todo mundo. Nós fizemos isso por um longo tempo pra tentar reabrir.” (eletricista1)

Essas ações solidárias envolviam também outros moradores da cidade na mobilização pela reabertura do estaleiro e através de redes de apoio, buscava-se encontrar novos empregos ou assistir de alguma forma aos desempregados.

“ nesse período a gente tentava trazer obra e, ao mesmo tempo, negociando o novo dono. Logo em seguida, veio o Nelson Tanuri, que propôs: ‘eu não tenho condição de pagar esse salário para quatro mil trabalhadores, vocês têm de buscar uma alternativa aí de doar esses créditos trabalhistas’. Nós dissemos não. Viemos discutindo até que chegamos num funil e tivemos uma idéia. A empresa tem umas casas, tem uns terrenos, aquelas que os trabalhadores moram, que seja vendido para os trabalhadores, a preço de custo, e não seja pago do salário do trabalhador mais de 30%. Não nesse custo de valor venal daqui, porque aqui é muito caro (...) além disso, os créditos trabalhistas seriam doados. Para isso, os trabalhadores teriam participação de 10% na empresa. Teria representantes no conselho acionário, direito a fala e voto (...) os créditos trabalhistas seriam doados para fazer esse capital que a empresa precisava. Muito difícil isso, a gente conceder, mas é que a gente via a perspectiva da empresa reabrir e melhorar (...) aí nós fizemos a Fundação dos Trabalhadores e demos perspectiva pro trabalhador. O trabalhador também ficou alegre que teve casa, moradia ...que até então, um mucado de gente queria comprar isso aqui. O grupo Silvio Santos queria comprar isso aqui fechar, fazer um condomínio e uma marina só pra eles, fazer aquele negócio de cassino que esses caras sabem fazer, aí não ia render trabalho, só os que iam trabalhar na casa dos bacana, faxina.” (eletricista 2)

As casas não adquiridas pelos trabalhadores do estaleiro foram vendidas para outros compradores, que assumiram, também, parte do comércio existentes nas vilas. Em meados de 1991, já incorporada ao grupo EMAQ, a Verolme começou a retomar

precariamente suas atividades. Diversos setores tiveram o número de funcionários reduzido, e outros foram terceirizados integralmente.

“eu saí em 90, mas concordei em doar os 10% porque eu achei que ia precisar da Verolme, ainda falei para os meus irmão doarem (...) pra voltar né, porque a gente não ia voltar pra Miracema pra trabalhar (...) a Verolme ela preferiu mandar aquelas pessoas embora, algumas foram escolhidas a dedo, outras eles tiraram os que eram solteiros, na época eu era solteiro ainda, os que moravam longe, os que moravam alojados, mas sem discriminar a pessoa, deram uma carta pra depois voltar (...) e na época que a Verolme reabriu, os primeiros a serem chamados foi a gente.” (jatista2)

As negociações com o movimento sindical previam o crescimento do número de empregos com a readmissão progressiva dos trabalhadores. No entanto, o processo de terceirização do estaleiro foi-se consolidando. Contrário aos anos 70, quando o trabalho na empreiteira era uma espécie de estágio para a posterior efetivação no estaleiro, nesse período boa parte dos trabalhadores foi reabsorvida através de empreiteiras e cooperativas, em caráter temporário e sem a perspectiva da “estabilidade” anterior do emprego.

“na minha avaliação nós cometemos um erro na época, nós optamos pela instituição de uma fundação e entendo hoje porque ela era ruim. Porque se você tem um direito e tem que doar aquele direito para a fundação, ela é uma instituição garantida por lei que para ela ser dissolvida, você tem que pegar tudo e doar para outra fundação. Então, foi um grande erro, porque os 10% ou os 30%, o peão nunca mais viu (...) e o acordo era a conversão dos créditos trabalhistas em ações e prioridade na readmissão. Ela foi prioridade até certo limite, depois deixou de ser. Tem vários trabalhadores que não foram readmitidos até hoje, e mesmo quem foi não teve a garantia de continuação no emprego. Passaram a ser sócios da empresa, quer dizer, eu sou sócio, nós dois somos patrão e você pode me demitir a hora que você quiser, foi isso que aconteceu.” (pintor 2)

As relações da nova direção da empresa com os trabalhadores também foram-se transformando. As condições de trabalho pioraram bastante.

“ você não chegava a tomar conhecimento de nada nessa época. O problema mais grave que eu percebi, lá, na Verolme, de saúde, foi eu, mais meu irmão, ficamos dentro de um rebocador, um dia, né? Aí, o pessoal da segurança foi fazer um raio x num navio, e, lá, essa máquina de raio x, que eles tavam com ela, deu um problema que vazou radiação, né? Onde tava a gente trabalhando a noite toda. Aí, quando foi de manhã que o pessoal chegou lá e viu nós lá: ‘ah, mas sai daí, rapidinho!’ Aí, nós: o que tá acontecendo? Ah, não; é porque isso aqui tá contaminado de radiação, rapaz; a máquina estourou, aqui, à noite, aqui em cima da carreira; vocês tavam aí? Pô, a noite todinha aqui em baixo (...) Na época que o reparo era muita gente, o pessoal ficou o dia todinho; ninguém trabalhou, nesse dia. Eles levaram umas placas de chumbo, botaram lá em baixo pr’aquele pessoal. Mas, aí, mandaram a gente pra casa. Nem o cartão eu podia pegar pra bater o cartão, de tanta radiação que tinha lá em baixo. Eu já comecei a passar mal, logo, 3, 4 dias. Meu irmão, também, começamos a passar mal, problema no estômago. (pintor 1).

Mediante a lógica de salvar o estaleiro, a qualquer custo, os dirigentes da empresa impunham uma série de situações, às quais os trabalhadores deveriam se submeter como sinal de gratidão. Um episódio relatado por alguns dos entrevistados expressa bem o “clima” da época:

“aí, ele foi e fez a reunião, lá, criticando o pessoal que tinha ido pro sindicato (a gente tinha que ter um aumento, mas que a Verolme não aceitava). Chegou no auditório, começou a falar. Disse: olha, vocês são uns boi (quer dizer, chamou a gente de chifrudo, né?). Eu chamo boi, sabe por quê? Porque vocês não têm a mínima consideração pela empresa. A gente tá aqui, trabalhando, lutando pra ver se, um dia, melhora e vocês tão indo em conversa de Fofoca (que Fofoca era o sindicato, a gente chamava de Fofoca), porque o boi é aquele que pega o corredor pra cortar o pescoço. Vocês tão dando o pescoço à força e não tão sabendo, vocês vão com esse sindicato, aí xingou, xingou... Olha, vocês, seus safados, vocês da Verolme, quando a Verolme fechou, vocês ficaram tudo morrendo de fome, em

Angra, tudo morrendo de fome. Tinha vez que vocês tinham que ir lá em Angra, pegava peixe naqueles cais, entendeu? Não tinha nada pra comer, filho morrendo de fome e, naqueles morros lá, quando a banana saía, vocês cortava, levava pra casa e cozinhava com água quente e dava ao filho pra beber aquele caldo, pra ele não morrer de fome. Aí, eu chego lá, reabro o Estaleiro, ficho vocês de volta, boto vocês aqui, em hotel, no meio da Rio Branco, dou café que vocês nunca viram na vida(...). Disse: agora, vocês me faz isso, agora, vocês tão tudo na rua, seus safados. e tem uma coisa: vai pra Justiça do Trabalho pra ver se vocês recebem! Eu tenho funcionário, aqui, que era ligado, aí, o sindicato, que ele teve problema comigo, mandei ele embora, tem 10 anos. Ele nunca recebeu um centavo, nem um aviso prévio, por que ele não recebeu? Porque eu me chamo (...) Bateu no peito, assim.” (pintor 3)

A revitalização do estaleiro passou a ser o principal argumento utilizado pelos dirigentes que se sucederam no seu comando, a partir desse período. O discurso arrogante dos empresários solicitava um esforço comum: a união entre direção da empresa e trabalhadores, estes últimos deveriam conceder, sempre que necessário, mais horas extras, algumas perdas salariais e um movimento pacífico que não comprometesse o andamento da produção.

“na Verolme, mesmo a ferramenta, os equipamentos que fossem facilitar a pessoa num trabalho pesado, eram um pouco restrito. Tinha cinco equipamentos para cinquenta. Num turno pesado você não tinha acesso àquela ferramenta que fosse facilitar. Muitas vezes, era feito um grupo de funcionários para que pegasse aquela peça ali e levasse embora, era assim... isso durou um longo período. Na empreiteira o regime era ainda mais rigoroso você tinha que dar seu jeito.” (encanador 2)

As lutas sindicais travadas neste período representavam um confronto entre o avanço do movimento sindical, a recuperação de conquistas sociais importantes para a qualidade de vida dos trabalhadores e a garantia do emprego.

“até 90, as condições de trabalho no estaleiro eram razoáveis,... mas quando entrou a política do..., que hoje é o

responsável pela EISA, a política dele não é de dar condições de trabalho, ele não dá nenhuma... naquela época já era ele, depois ele saiu. Teve um período muito crítico porque as pessoas não tinham uniforme, não tinham nada...nessa época, o sindicato era bem atuante, a gente fazia paralisações por conta disso, só que não adiantava. Você fazia, ele prometia arrumar alguma coisa, melhorar um pouquinho e, de lá pra cá, a gente entrava em navio, naqueles reparos maluco, aquelas coisas de louco... os caras precisavam trabalhar. Você vai fazer o quê? Mesmo as condições sendo ruins, o cara precisava trabalhar.” (projetista1)

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES

O início das ações de saúde do trabalhador em Angra se deu no bojo das transformações políticas e sociais que tiveram curso no município, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980. Neste período, ganharam maior visibilidade lutas sociais como as que se direcionavam as conquistas sindicais e a questão ambiental envolvendo a posse da terra e a utilização da energia nuclear.

A reabertura de diversas praias que haviam sido privatizadas; a elaboração do Plano Diretor de Angra, regulamentando um uso mais prudente e público do solo, o “Movimento Hiroshima Nunca Mais”, confrontando a política nuclear em Angra, são alguns exemplos das principais lutas travadas nesse período.

Em decorrência do processo de redemocratização pelo qual passava o país, a população de Angra recuperou o direito de eleger seus governantes, o que resultou no fortalecimento de projetos que previam uma reorganização territorial do município, privilegiando os interesses dos setores populares. A participação dos movimentos sociais locais foi sendo incorporada na formulação de políticas de urbanismo, meio ambiente, educação, saúde, através da criação dos conselhos municipais.

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de 1990, permitiu uma integração progressiva dos órgãos responsáveis pela saúde local, sob a coordenação do poder público municipal. A reordenação da cidade em distritos sanitários, seguindo os princípios da Reforma Sanitária, buscava fortalecer o território, “elemento primordial dos processos de mudança social” (Mendes, 1994), e favorecer a integração das políticas de saúde com as demais políticas sociais.

As ações na Verolme foram consideradas prioritárias não só para o 3º Distrito Sanitário, onde o estaleiro se encontra instalado, mas também para o município como um todo. Mesmo em seu período mais crítico e com um contingente de mão-de-obra reduzido, o estaleiro era responsável pela maioria dos acidentes de trabalho que ocorriam. No entanto, não havia registro de doenças ocupacionais, e as notificações de acidentes foram sendo reduzidas. Após a crise de 1990, as condições de trabalho no estaleiro nitidamente haviam piorado e os agravos provocados à saúde dos trabalhadores tornaram-se uma incógnita ainda maior.

“uma certa vez eu fiquei espantado, eu já estava no sindicato, e o pessoal falou: você vai cuidar das pensionistas. Eu falei tá legal e fiquei assustado, porque eu lembro que, em menos de um ano, a gente tinha perdido companheiros assim por ataques, enfarto, derrames, assim um número assustador muito grande. Tinha muitas companheiras viúvas que tinham perdido o marido de repente, sem explicar... nós tínhamos muitos amigos que você não via, aí perguntava cadê fulano? Ué, cê não sabe? Faleceu, infartou. O outro não anda mais... eu fiquei assustado, inclusive, eu fiquei estressado. Agora eu posso falar isso, eu não sabia qual a razão que tinha me levado a um stress muito grande, e muita gente lembra disso, eu me afastei do sindicato uns três meses. Foi em função que eu tava observando isso demais, e companheiro doente, companheiro desanimado, suicídio, quer dizer, alcoolismo, droga, abandono do lar, derrames, pessoas que às vezes tava tudo bem daqui a pouco faleceu, quer dizer doença ocupacionais.” (eletricista 1)

As propostas de prevenção dos riscos à saúde dos trabalhadores do estaleiro e de investigação dos agravos, provocados à população em geral por seu processo de

trabalho, fizeram parte das deliberações do I Encontro de Saúde do Trabalhador de Angra dos Reis, em 1989, e foram sucessivamente reiteradas pelas I e II Conferências Municipais de Saúde, em 1991 e 1993 (Sant'Anna, 1996).

“até aquela época existia ainda um investimento da empresa, não do ponto de vista da saúde, mas da segurança. Era uma política que era boa para o empresário também, existia mais prevenção que hoje. Mas, não existia uma política de saúde dos órgãos públicos. Na década de 90 o setor passou a ter o dinheiro contado para os investimentos, foi onde tirou o dinheiro das condições de trabalho, para investir na indústria ou para o empresário ter mais lucro...Na área pública, eu acho que foi o inverso, a constituição de 88 destinou alguns mecanismos para ter investimentos nessas áreas, a criação do SUS, dos Programas de Saúde do Trabalhador, eu não tenho certeza, mas acho que foi nessa época, não foi?.” (pintor 2)

No cenário favorável à implantação das ações no estaleiro destacava-se a formação do Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador (CONSEST), que promoveu a articulação de diversos segmentos da sociedade civil, visando à Vigilância em Saúde do Trabalhador no Estado, através de ações estratégicas, como a investigação e controle das doenças ocupacionais no setor de construção naval (Machado, 1996).

As ações do Programa de Saúde do Trabalhador (PST/Angra) na Verolme tiveram início em abril/92 e integravam o projeto do CONSEST de avaliação das condições de trabalho-saúde de nove estaleiros no Estado do Rio de Janeiro. Pretendia-se, através da análise quantitativa e qualitativa de indicadores ambientais, clínicos, toxicológicos, tecnológicos, epidemiológicos e sociais, mapear as operações críticas do ponto de vista do risco potencial e do risco epidemiológico, contextualizando a política ambiental e de saúde e a segurança dessas empresas, assim como implementar a Comissão Interna de Vigilância à Saúde do Trabalhador .

Estas ações, numa parceria entre o Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da FIOCRUZ , o Sindicato dos Metalúrgicos de Angra e o PST/Angra começaram pelos setores de jato e pintura, com o acompanhamento do processo de substituição do jateamento de areia seca por outros abrasivos, segundo o

previsto na Lei n ° 1979/92. Paralelamente à avaliação de indicadores ambientais em algumas operações, foram realizadas avaliações pneumológica, clínica e de indicadores biológicos (para metais e solventes) em 75 artistas e pintores.

Durante todo o período das avaliações, a negociação com a empresa foi bastante limitada. A empresa recusava-se a adotar medidas que modificassem o processo de trabalho e controlassem os agravos à saúde dos trabalhadores.

“inverteu a lógica, e os trabalhadores na verdade não se politizaram sobre isso não. A lógica do peão hoje é aquele negócio, quero emprego, salário e condições de vida e, se ele não tem condições de vida mas, tem emprego.” (pintor 3)

Os argumentos da direção eram relativos à crise no setor naval, que se prolongava, e pela qual a Verolme havia sido duramente atingida. Qualquer medida que implicasse custo financeiro era imediatamente descartada, e mesmo aquelas que não ocasionavam custo financeiro encontravam resistência. Tais argumentos criavam uma lógica perversa de oposição entre a garantia do emprego e a defesa da saúde no trabalho, como se apenas uma dessas opções fosse possível .

“nós fizemos algumas discussões com os trabalhadores no sindicato depois dos primeiros exames e não foi fácil até para conseguir da empresa que pagasse as radiografias... demandou uma certa política por parte do Sindicato e do Programa de Saúde do Trabalhador”.

Em 1993, a direção da empresa desfez a Comissão de Vigilância à Saúde do Trabalhador, que havia sido composta com técnicos do PST/Angra, do SESMET da empresa e diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, sob a alegação de estar seguindo uma orientação do Sindicato das Empresas de Construção Naval (SINAVAL) para todos os estaleiros do Estado do Rio de Janeiro.

As ações na Verolme durante o ano de 1994 ficaram resumidas à intervenções pontuais, basicamente inspeções, que não obtinham a continuidade necessária para influenciar, de fato, a transformação do quadro de agravos à saúde dos trabalhadores do estaleiro. O

trabalho foi reiniciado apenas em 1995, após diversas tentativas de negociação com a empresa e devido às dificuldades de realizá-lo sem a participação da mesma.

“o problema do sindicato no Brasil é que eles ainda não se prepararam para esse assunto, mesmo aqueles que têm trabalhos mais avançados de Saúde do Trabalhador não têm ainda uma política bem definida. A princípio, não foi uma coisa tão simples até para o trabalhador entender a importância de vir a fazer os exames.” (pintor 2)

O CESTE/ FIOCRUZ e o Sindicato dos Metalúrgicos assumiram a coordenação, articulados com a direção da Unidade de Saúde de Jacuecanga. O PST/Angra encontrava-se desarticulado na época. Em julho e agosto/1995 foi realizado um estudo interdisciplinar com a avaliação de 95 jatistas e pintores, via inquérito epidemiológico, análise do processo de trabalho e da história ocupacional.

Os critérios para a formação da amostra de jatistas e pintores foram baseados na escolha daqueles que apresentaram alterações nos exames realizados durante as ações de vigilância em 1992/93 e daqueles trabalhadores que pertenciam aos grupos cujas atividades foram alvo do monitoramento ambiental em 1995. Foram coletadas também, amostras de material particulado para a avaliação ambiental de atividades de pintura, jateamento com granalha de aço, escória de cobre e com areia pré-umidificada em plataforma, tratamento abrasivo mecanizado (ST3) e solda em grandes blocos, em locais abertos, semiconfinados e confinados (CESTE/1996).

Esta etapa do trabalho apontou que os trabalhadores, ao realizarem suas atividades de tratamento mecânico em chapas de ferro, limpeza das chapas com solventes, mistura de tintas e solventes para a diluição das mesmas, expõem-se, simultaneamente, aos solventes e metais pesados, configurando uma exposição múltipla a contaminantes químicos, muitas das vezes potencializada pelo trabalho em ambientes confinados ou semiconfinados.

Na devolução dos resultados parciais, em novembro de 1995, constaram os resultados das avaliações ambientais e da aplicação do inquérito epidemiológico. Quando da devolução, a coordenação do PST/Angra já havia sido rearticulada e integrou-se ao

trabalho. Foi acordada com a empresa a continuidade do trabalho e a realização de nova etapa.

Estes resultados foram entregues aos trabalhadores e à direção da empresa com alguns desdobramentos, tais como: encaminhamento dos trabalhadores para avaliação clínica e neuropsicológica para diagnóstico diferencial de intoxicação por metais e solventes; O encaminhamento dos trabalhadores que haviam apresentado alterações no Raio X para investigação diagnóstica de pneumopatia ocupacional nos ambulatórios do CESTEJ e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); realização de atividades educativas com artistas e pintores, nas áreas de operação, visando divulgar os resultados das avaliações ambientais e identificar a percepção de risco dos trabalhadores acerca dessas operações; adoção de medidas protetoras e identificação dos locais prioritários para novas avaliações (Miranda, 1997).

Estas novas etapas foram realizadas a partir do 1º semestre de 1996. Na avaliação pneumológica, foram diagnosticados, inicialmente, 17 (16,15%) casos de silicose. Na avaliação neuropsicológica, “considerando o tempo desta exposição associado à atividade profissional exercida pelos trabalhadores, correlacionada com as alterações clínicas e neuropsicológicas apresentadas, que apontaram para acometimento inicial do Sistema Nervoso Central, secundário à exposição ocupacional, caracterizamos 6 (13,6%) casos com quadro compatível de intoxicação crônica ocupacional a solventes orgânicos neurotóxicos, 17 trabalhadores (38,6%) necessitaram de outras avaliações especializadas, de forma a afastar diagnósticos diferenciais e 21(47,8%) não apresentaram alterações clínicas e neuropsicológicas” (Pacheco-Ferreira *et al*, 1998).

Em fevereiro de 1996, em decorrência deste trabalho, começou a ser formada, pela Secretaria Municipal de Saúde de Angra, a equipe multidisciplinar do Núcleo de Saúde do Trabalhador do 3º Distrito Sanitário, implantado no final de abril. O Núcleo tem como prioridade as ações no estaleiro, desenvolvendo atividades de vigilância e educação em saúde, de pesquisa, de formação de recursos humanos e de fortalecimento do controle social para a transformação do atual quadro de agravos à saúde (Sant’Anna, 1996).

Na realização da segunda etapa, foi acordado com a empresa o afastamento dos trabalhadores da exposição, com emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e encaminhamento ao INSS para Seguro Acidente do Trabalho e para acompanhamento pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador.

“muita gente pensava que era um trabalho político, não era um trabalho da saúde, infelizmente...só perceberam que era um trabalho mesmo da saúde depois que viram a silicose, inclusive o ... que batia o tempo todo que aquilo era mentira. Quando deu nele é que ele foi perceber.” (jatista 2)

A dinâmica de trabalho adotada a partir de 1995, além de ter revitalizado as ações do PST/Angra com maior investimento do poder público municipal na estruturação do programa, possibilitou, em diversos momentos, a revitalização das lutas pela saúde no interior da empresa e no movimento sindical.

“o trabalho foi muito legal, só que no começo foi muito difícil (...) a gente ia fazer o trabalho e ninguém acreditava no que você estava fazendo eles achavam que era coisa da empresa, não ia dar em nada. Quando eles perceberam que era um trabalho sério, com o pé no chão, as pessoas queriam que a gente mostrasse que as condições de trabalho estavam muito ruins e que existia risco, os trabalhadores viram isso com bons olhos.” (projetista 1)

Num contexto onde se enfatizava a defesa do emprego a qualquer custo, foi-se colocando uma nova agenda e a credibilidade sendo conquistada aos poucos.

“dentro do sindicato você não via discussão sobre isso, não trazia voto, dá trabalho... a gente se empenhou, isso pra mim foi muito importante, eu aprendi, fiz muitos amigos (...) eu acho que ajudei a conscientizar muita gente, a gente não ganhou os 100%, mas atingiu muita gente, as pessoas ficaram mais atentas.” (projetista 1)

“Olha, o trabalho de vocês, aí, foi só positivo. Não teve nada negativo, não... Pra nós, trabalhador, foi 100%, porque dali daquele trabalho que vocês fizeram, aí, foi que

muitos funcionários da Verolme ia morrer ali dentro. Como morreu muitos já, com problemas de silicose. Porque aqueles que tava mais grave foram afastados, né? E foram orientados. Vocês vieram ali, que fizeram aquele trabalho, ali dentro, a empresa teve que dar, depois, ela teve que dar capuz, tinha dado máscara pro pessoal e tudo, né? Que foi exigido, ali. Ela cumpriu. Tinha vez que dava umas falhazinha, o sindicato ia lá, cobrava. Nós tinha força, também, pra chegar lá e cobrar o equipamento, né?.” (pintor 1)

Estas foram as primeiras notificações de doença do trabalho conhecidas no município em mais de 20 anos. Nos registros da Previdência Social, não eram encontradas notificações de doenças ocupacionais desde 1970. A partir deste trabalho e, com o funcionamento do Núcleo, o quadro tem mudado, progressivamente, através do diagnóstico de novos casos de pneumoconioses, de perda auditiva induzida por ruído e de lesões por esforço repetitivo, dentre outros agravos.

“quer dizer, se não fosse por aquele trabalho de vocês, a areia, acabou aquele negócio que tinha aquela areia seca, parou. Veio com aquela areia úmida. O mais ruim, só quando ficava aquela areia úmida lá, jogava a poeira, depois, né? Mas já veio jato úmido. Aí, só uma coisa, ali, que continuou, ainda, errada, que eu acho tá errada, ali dentro, é aquele outro produto, escória. A escória, eu acho que, também, ela polui muito. Porque a poluição dela parece, (...) eu tô achando que ela, ainda, polui mais que a areia. A escória. Principalmente, quando ela é recuperada. Porque se usasse ela e jogasse fora, tudo bem. Mas não é. Eles recuperam ela 5, 6 vezes; até mais. Até quando ela fica só que não tem mais nenhum grão, né? Mas é como eu falei: se não fosse esse trabalho de vocês, aí, entendeu? De orientar, pra muitos funcionários, aí, ia acabar, acho, que nem teve colega da gente, ali mesmo, que morreu com esse problema e não foi orientado que tinha esse problema.” (jatista 1)

A possibilidade de agregar diversos atores sociais, em nível local e regional; de promover a visibilidade de agravos provocados pelo processo de trabalho no estaleiro; de alertar instituições responsáveis pela saúde desses trabalhadores, porém, estáticas em seu desempenho e inserir critérios de proteção social, cuja responsabilidade é do

conjunto desses atores, talvez tenham sido, os principais méritos desse trabalho e o que o tornou uma experiência inédita na história do estaleiro e do município.



A SITUAÇÃO ATUAL

O primeiro fechamento em 1990 marcou decisivamente a história da Verolme. As mudanças que ocorreram, a partir da retomada da produção em 1991, contribuíram para aumentar a inquietação dos trabalhadores quanto aos rumos instáveis do estaleiro.

“existiu momentos na construção naval que ela foi governada, administrada pelos próprios trabalhadores, quando houve uma Fundação dos Trabalhadores dirigida pelos trabalhadores, quando houve uma certa vez que nós discutimos salários com ações doadas para a empresa abrir. Outra vez a gente doou dinheiro, nossos 35% para a empresa abrir Os trabalhadores tentaram de tudo até 35% do ativo trabalhista. Você já imaginou isso? Quer dizer, a gente faz de tudo para que essa empresa se mantenha aberta.” (eletricista 1)

No decorrer de todos esses anos, com o avanço da crise econômica do estaleiro, a defesa do emprego tornou-se a tônica da luta dos trabalhadores.

“dizem que foram os brasileiros que faliram a empresa. Isso não é verdade, ela durou muito mais na nossa mão do que na dos holandeses. Lógico que naquela época, chamada época de ouro, estavam os holandeses desfrutando muito mais que nós. Uma grande ilusão é dizer que os caras quando vem pra cá implanta. Eles ficam com o filé mignon... Nada disso é verdadeiro. Isso é não dar valor a nós mesmos que a gente tem um valor muito grande. Nós somos um país que, há muito tempo a gente sabe, desde a época de Álvares Cabral, alguém fica levando as nossas riquezas, o nosso ouro, e a gente ainda é um povo feliz, um povo alegre, que trabalha, se vira, não se abate nunca, pelo contrário. Desde a fundação da empresa até 85 é que houve a primeira greve, greve essa que durou dias porque a empresa falava que precisava demitir setecentos trabalhadores.” (eletricista 2)

A política de precarização do trabalho imposta pela empresa contribuiu, no entanto, para gerar inúmeras divergências entre os trabalhadores.

“eu tenho impressão que o problema da Verolme ter fechado, vou culpar as duas partes. Eu acho que, na época da diretoria da Verolme do Paulo Góes, que comprou a Verolme, já começou, então, o fracasso. Mas, depois, eu acho que a culpa, também, foi nossa e, principalmente, do sindicato. Eu acho que o fator mais da Verolme ter fechado foi justamente esse...o sindicato fazia uma assembléia, pedia pra gente fazer aquelas operação tartaruga, né? E o pessoal ia trabalhando mais devagar, realmente. Aconteceu, muitas vezes, comigo mesmo... Eu pedia pra não fechar e ele dizia: não, rapaz; vamos fechar porque o sindicato falou, mesmo, que a gente pode fazer essa tartaruga, trabalhar pouco, então, a gente trabalhava só um pouquinho, mesmo, no dia.... Eu sei que eu me preocupava, sim. Porque eu sabia que a gente dependia da produção. Aí, teve um dia, lá, que Paulo Góes fez uma reunião e pediu pra gente parar com aquele negócio de, aquela operação tartaruga, não fazer mais greve; pediu pra gente trabalhar, fazer um acordo da segunda à quinta e folgar sexta pra diminuir, um pouquinho

o salário. Mas isso era um período de 2, 3 meses. Depois, voltava ao normal. Mas, aí, a categoria foi pra assembleia e não aceitou, né? Aí, ele disse: olha gente, eu tô pedindo a vocês, porque eu não dependo deste estaleiro, vocês que dependem dele, vocês gravem isso aí: porque quando a água molhar o solado do meu sapato, vocês já morreram afogado. Quer dizer, realmente, era mesmo. Ele tem condições de não depender do estaleiro; agora, nós depende do Estaleiro. Mas o pessoal não levou a sério. Aí, aconteceu o que aconteceu, terminou o estaleiro fechando, não é?” (pintor4)

Diante do prolongamento na instabilidade da situação do estaleiro, o conflito de posições entre as lideranças sindicais foi-se acirrando. Estas divergências, na opinião da maioria dos entrevistados, contribuíram para fragilizar ainda mais o movimento sindical, que já se encontrava numa situação bastante difícil, tanto em nível local quanto nacional.

“a Verolme apostou nesse racha do sindicato e se deu bem.” (pintor 3)

“a empresa andou um longo período com os quatro mil trabalhadores que ficaram até os dias de hoje, até que se deu o desentendimento do movimento sindical e acabou por demitir os trabalhadores. Porque até então nunca houve demissão dentro desse estaleiro de quatro mil e pouco, nunca houve, nós nunca deixamos isso. Ia tendo demissões gradativamente, mas, de quatro mil, de fechar, nunca.” (eletricista 1)

“é fácil fazer a construção naval funcionar, a gente sabe. A mão-de-obra boa, especializada tá aí, o parque industrial tá aí, existe hoje mudanças na frota, mas o processo político que existe hoje na construção naval é uma crise encomendada. Tem muita gente que perde com a crise, mas aquela minoria que detém, os donos dos estaleiros, esse pessoal com a crise ganha muito mais. Eles não perdem nada, pelo contrário. E aí nós, as vezes, porque a gente quando fica desempregado fica desorientado, briga entre nós e consegue fazer uma série de coisas, mas, às vezes, não consegue saber que o causador daquilo tudo é o dono da empresa que tá ganhando com aquilo, e o pessoal tá perdendo.” (pintor 2)

O esfacelamento da empresa resultou no seu fechamento, em setembro de 1997. Quatro mil trabalhadores foram demitidos. Apenas uma empreiteira (EISA) continuou atuando dentro do estaleiro durante o ano de 1998, com cerca de 300 empregados.

“o Sindicato dos Metalúrgicos hoje tá, praticamente, sem sócio, a IVI demitiu toda a direção do sindicato, nós ganhamos a reintegração contra o juiz de Angra..., fomos reintegrados sem salário. A situação é essa, tá todo mundo vivendo numa dificuldade danada.” (pintor1)

As ações de vigilância no interior do estaleiro foram perdendo a continuidade, apesar de inúmeros os embates com a direção da empresa para a implementação de medidas preventivas nas áreas já avaliadas e a ampliação do trabalho para outras áreas, em 1996 e 1997. Durante o período de funcionamento da EISA, existiram denúncias de que as condições de trabalho haviam regredido mesmo em relação a avanços já conquistados, tal como a extinção do jateamento de areia seca.

“outro grande nó desse trabalho foi o reconhecimento da doença pelo INSS, como de fato não reconheceu os casos de intoxicação até hoje e a firma não aceitou afastar do local de trabalho esses casos, foi a maior dificuldade ... o trabalhador ficou inseguro. Ele achava que se fosse para a outra área seria demitido, como de fato foi, porque a empresa não cumpriu o acordo de não demitir esses casos e mandou embora, junto com todo mundo.” (projetista 1)

Apesar de o Núcleo de Saúde do Trabalhador continuar funcionando e ter diagnosticado novos agravos nos trabalhadores do Verolme, o fechamento do estaleiro trouxe um impasse quanto à realização de novas ações sem que o estaleiro esteja funcionando e de como alcançar os trabalhadores que atualmente encontram-se desempregados.

“só indo de casa em casa mesmo... aí conscientizando... mas ao contrário... porque o trabalhador o desemprego faz com que o trabalhador desacredita e só pensa em se manter e esquecer da saúde, a não ser que ele acha que vai dar um benefício pra ele, a não ser que o cara acha, eu vou encostar, eu vou ter um ganho pra mim, eu vou

aposentar...aí se você colocar um anúncio desse tipo... do contrário não aparece, só mesmo com a volta da Verolme para esse trabalho continuar.” (jatista 1)

“acho que todos os postos de saúde devia ter esse trabalho aí da saúde do trabalhador. Pela ficha, saber onde trabalhou e encaminhar .seria um começo, seria um trabalho legal, porque hoje tem gente espalhado. Da Verolme a maioria hoje está na Japuiba e no Belém (...). a gente fala da pintura do jato, e às vezes aquele que trabalhou perto atingiu muito mais do que a gente. O cara da naval soldador que pegou silicose, as casas do Village que ficavam amarelinha de poeira com o jateamento de areia seca, atingia até a comunidade (...) a gente viu isso lá e as vezes não deu pra chegar a essas pessoas em geral.” (jatista 2)

“precisamos do apoio das autoridades para reverter este quadro dentro do INSS e o trabalhador ter o tratamento que merece.” (projetista 1)

A recuperação do estaleiro continua sendo a principal “bandeira de luta” das diversas tendências políticas que lideram o movimento dos trabalhadores e, neste sentido, vêm sendo efetuadas negociações junto ao governo federal, estadual, BNDES e aos novos investidores prováveis.

“vamos enfrentar um período de praticamente seis meses sem trabalho. Esse acordo com a LIBRA foi cavado por nós. No final do ano que vem esse estaleiro vai estar com 2 mil peões ou mais, é um acordo garantido, mas a dificuldade é grande.”

Alguns meses após perderem o emprego, diversos trabalhadores tiveram de enfrentar a ameaça de perderem suas casas por que se tornaram inadimplentes junto à Caixa Econômica Federal, devido ao atraso no pagamento das prestações. Foi necessária uma intensa mobilização e a interferência do poder público municipal em favor dos trabalhadores desempregados. Provisoriamente, o leilão das casas ainda não-quitadas encontra-se suspenso.

A redução do mercado de trabalho em geral, o novo fechamento do estaleiro e as lutas dos trabalhadores para reabri-lo colocam a sustentabilidade econômica e social de Angra novamente em questão.

“se o estaleiro não existisse, o pessoal estaria vivendo de outro jeito, mas, como tem e não tem onde botar essa mão-de-obra toda, fechar é sacanagem.” (encanador 2)

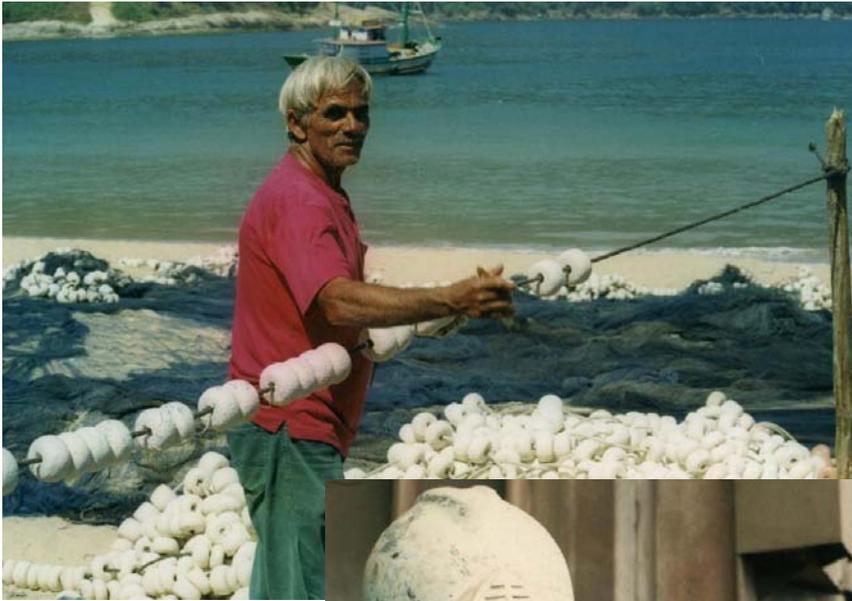
O modo como foi sendo imposta a vocação econômica de Angra estreitou a visibilidade de alternativas que combinem a geração de trabalho e renda com o aproveitamento do potencial ecológico de que a região ainda dispõe. Por outro lado, as atividades econômicas que poderiam oferecer alguma alternativa de trabalho, como é o caso da construção da Usina Nuclear de Angra II, continuam a reproduzir os modelos da década de 1970, não absorvendo satisfatoriamente a mão-de-obra local e gerando novos problemas ambientais em diversas regiões da cidade.

Por outro lado, as iniciativas voltadas para o fomento do turismo, com raríssimas exceções, também apontam perspectivas questionáveis quanto à sua eficiência na geração de trabalho e aos impactos ambientais provocados em áreas que se encontravam semi-preservadas.

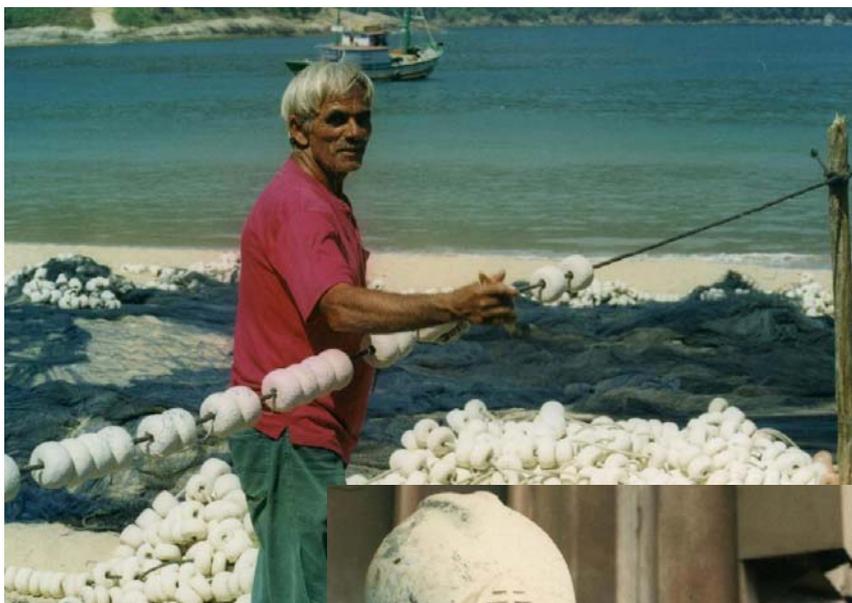
Estas dificuldades reforçam, para alguns, a opinião de que a reabertura do estaleiro pode ser a única alternativa viável de recuperação da oferta de trabalho no município. Para outros, elas traduzem, também, a complexidade que envolve o enfrentamento do desemprego em Angra e a premência de se encontrar novas alternativas.

“eu acho que a Verolme não tem muito futuro, a construção naval, enquanto estiver FHC... mas eu acho que em Angra tem de se buscar alternativas de emprego, explorar o que o município, o que Angra tem hoje...a Ilha Grande, a farinha industrializada, tem banana, porque não se cria doce, vamos tentar outras coisas.” (projetista 1)

CAPÍTULO III



As trajetórias dos trabalhadores e o desemprego



AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES E O DESEMPREGO

Os trabalhadores entrevistados possuem uma vasta experiência profissional que, para a maioria deles, consiste em mais de 20 anos de trabalho. As primeiras oportunidades de trabalho ocorreram ainda na infância, em situações improvisadas que traduziam, porém, a necessidade de contribuir com a renda de suas famílias e de aprender, desde cedo, meios para ganhar a própria subsistência.

Junto aos familiares ou por intermédio de amigos e vizinhos, foram se inserindo em atividades cujo aprendizado se dava “na prática”. Além de contribuir para prover o sustento, essa primeira inserção no mercado de trabalho teve o papel de ajudar a produzir “um modo de ser moral” (Rosa, 1994), no qual o gosto pela disciplina do trabalho deve ser cultivado desde cedo.

“ eu me criei aqui em Angra, primeiro serviço meu foi na pequena lavoura. O que mais se consumia era legumes, o que a gente mais tirava e vendia, e banana, em segundo lugar (...) vendia no centro da cidade, vendia em mercado, de casa em casa. Na verdade, eu quase não vendia não, eu demorava a vender, ficava nervoso, passava na casa de parente e dava tudo. Quem vendia mais era meu avô que eu não tinha paciência (...) Isso eu tinha uns oito anos mais ou menos”. (encanador 1)

“eu comecei a trabalhar com 10 anos. Filho de uma viúva, tinha dois irmãos pra tratar. Aos 14 anos eu comecei a trabalhar na Verolme. Antes, eu trabalhei também em metalúrgica, fábrica de lata. No início comecei num bar né, como todos começam.”(eletricista 1)

Para os entrevistados, estas experiências iniciais foram consideradas transitórias porque restringiram-se a infância e parte da adolescência e o modo como se deu a inserção no mercado de trabalho não era suficiente para lhes assegurar a sobrevivência e proteger da pobreza. Ocorreram numa conjuntura que apontava o modelo industrial urbano como a única alternativa de desenvolvimento e promovia o esgotamento dos horizontes possíveis no meio rural e em diversas regiões do país.

“ eu sou nascido e criado na roça, em Laranjal, Minas Gerais, numa cidadezinha pequena que não tem uma indústria, nem fábrica de tijolos não tem - que qualquer lugar tem uma fábrica de tijolos, né? Lá, nem isso tem e trabalhando na roça. E eu tenho uma irmã que casou com um motorista de ônibus. E ele ficava com pena de ver a gente trabalhar tanto e ter tudo tão pouco, sabe? E ele se interessou a trazer a gente pra cá. Aí, ele trazia um. Eles moravam em Nova Iguaçu. Eles trazia um, arrumava um serviço. Esse começava a trabalhar, depois, tava, mais ou menos 1 ano, por aí, bem, já com as coisas tudo direitinho, aí, ele expulsava aquele da casa dele. Falava: agora, você arruma um quarto pra você, que eu vou trazer o outro. E assim, foi (...) Então, foi uma irmã e um cunhado que eu tive, que não foi nem pai; foi mais do que pai, mais do que irmão, né? Meu cunhado, também, foi mais do que pai pra minha família. Porque tirou todos. Todos nós viemos nessas condições”.
(encanador 1)

“eu nasci no Estado de Pernambuco. Eu vim pra cá em 78, fui trabalhar, lá, em Furnas. Aí, de Furnas, voltei para o Nordeste, de novo. Aí, quando foi em 82, eu vim direto pra Lídice; saí de Lídice e vim pr’aquí...Eu comecei a trabalhar na lavoura com 8 anos de idade. Foi lá em Pernambuco. Aí, quando foi com 22, eu trabalhei, lá, 8 meses, num emprego, de fazer uma barragem. Aí, depois, quando foi em 78, saí, vim pr’aquí (...) Eu tava lá em Pernambuco, aí, depois, eu, sempre, tinha vontade de vim ou pro Rio ou pra São Paulo, né? Mas já tinha meu irmão que trabalhava em Furnas”(pintor 1)

A chegada em Angra, na maioria dos casos, ocorreu após muitas tentativas de trabalho em cidades diferentes. Mesmo para aqueles que já viviam na região, o processo era semelhante quanto às tentativas de trabalhar em outros setores. O ingresso no estaleiro parecia trazer uma inovação nestas trajetórias, no sentido de propiciar o rompimento com um meio onde as possibilidades pareciam ser cada vez mais escassas.

“eu sou um imigrante, vim de Minas, passei por Vitória. A minha origem é do campo, não tenho grandes formações profissional não. Fui criado na roça, minha família vendeu as terra e nós fomos pra Vitória, trabalhei como trocador de ônibus, oito meses e aí vim pra cá.”
(pintor 2)

“o que fez eu vim morar aqui é que emprego em Miracema não tem nada ou pega na roça, que hoje não dá mais (...) você não consegue vender. Miracema era no Estado do Rio a cidade maior produtora de arroz, hoje você não vê nada plantado(...) eu trabalhava na agricultura, e 21 anos eu saí.Fui um dos últimos a sair, nós somos sete irmãos, só deixei o caçula em casa que hoje tá aqui também. (...) eu vim pra cá através de um primo meu que tinha vindo pro Rio, e, depois de bastante tempo ele

apareceu e disse que tava trabalhando num lugar que tava dando dinheiro(...) Primeira carteira assinada minha foi na Verolme, eu fiquei de ajudante, na faxina, depois para ajudante de jato, depois pra pintura depois voltei pro jato (...) Vim morar aqui, nunca mais eu pretendo voltar.” (jatista 1)

“ eu vim, trabalhei esses dias, 9 meses trabalhei, lá, em Furnas. Ai, depois, fui pra o Norte, de novo (...) quando eu vim da outra vez, foi justamente, foi pra Pianca, em Resende trabalhei 1 mês, lá (...) Ai, de lá, a gente foi pra Foz do Iguaçu, fiquei de servente, lá, né? Porque eu era, na época, pedreiro, não era pintor classificado, né? Eu trabalhei 6 meses, lá....Ai, de lá, nós voltamos. Todo mundo foi despedido da Empresa.. Quando chegamos aqui, aí, eu fiquei desempregado 8 meses, ... aí, vim aqui na Verolme. Eu não conhecia ninguém. Eu morava em Lídice, procurando emprego, não encontrava em lugar nenhum. Ai, tava começando a fazer essas casas, aqui, da Cinca, eu comecei a trabalhar por metragem (...) o serviço que eu tava fazendo, ali, acabou, aí, eu fui pra Nascimento Pintura. Era uma empreiteira, lá, que era um problema (...) Ela, também, faliu. Ai, quando foi fevereiro de 1984, eu fiquei na Remete, fiquei de pintor e jatista...a Remete era uma empreiteira da Verolme...Ai, ela, também com uns problemas, não sei porquê, perdeu o contrato com a Verolme. Mas, nessa altura, já, o supervisor mais o diretor me chamaram pra eu fazer ficha na Verolme, né? Ai, graças a Deus, aí, passei pra Verolme... dia 18 de maio de 84, ...”(pintor 1)

A estabilidade econômica assegurada pelo trabalho no estaleiro parecia garantir, também, a inserção social e as possibilidades de estes trabalhadores organizarem seus projetos de vida. A política de recursos humanos desenvolvida pelo estaleiro como já vimos, oferecia uma série de garantias. No entanto, em diversos momentos os trabalhadores questionaram essa segurança, mediante os riscos que o trabalho apresentava e/ou numa recusa ao tipo de disciplina imposta pela relação salarial que se constituía como modelo na época.

“ teve uma época que eu enjoei de trabalhar na Verolme. Eu enjoei de ficar preso dentro da Verolme e achei que, pra mim, não tava bom. Ai, inventei ... Eu casei em 76,vim morar em Angra; nunca saí de Angra. Mas, aí, trabalhei até 77. Ai, achei que tinha de dar uma volta. Que eu não conhecia nada. Tudo que eu tinha feito era sair lá de Minas e vim pr’aqui. Sair da roça e vim pr’aqui. E ficar, aqui mesmo, parado. E via o pessoal contar tanta coisa, daqui e dali, e falei: vou sair da Verolme, andar um pouco. E andei. Graças a Deus, me dei bem, eu cresci. Porque primeiro eu fui pra Rio Grande do Sul, Catalão. Eles tava perdido na Rodoviária do Rio. Eu tava vindo de Minas e, na Rodoviária do Rio,

tinha um pessoal pegando, pela Cristian Nilson, pra levar pra Catalão. Aí, eu era encanador nessa época. Era pra fazer uma fábrica da Coca-Cola. Aí, eu me interessei. Dei meu nome, ali. Fiz a ficha, lá, com eles. Vim, aqui, na Verolme, pedi a demissão e fui (...) Aí depois, eu entrei na Tequinte, i como instrumentista calibrador, passei pra encarregado de elétrica (...) Isso foi, lá, em Volta Redonda, tá? Aí, daí a pouco, terminou o serviço em Volta Redonda, me mandaram pro Rio pra início da Central do Brasil. Tava iniciando a parte elétrica da Central do Brasil. Aí, eu peguei lá. Peguei, fui trabalhando, trabalhando”. (encanador 1)

Estas estratégias aparecem nos depoimentos como expressão de “uma cultura dos trabalhadores” ainda bastante comum até o início da década de 1980. Eram formas encontradas por eles de garantir a própria sobrevivência sem abrir mão dos projetos pessoais, considerados mais importantes e que prescindiam da estabilidade oferecida pelo trabalho no estaleiro.

“eram os peões de trecho (...) Eu tive esse tempo todo na empresa e nunca saí, mas pra muitos companheiros a gente sabe que era importante ter um ano de empresa e pegar um dinheiro da demissão e, logo em seguida, entrar em outra. Quem trabalha em empresa sabe disso, o cara dizia: eu não gosto de ficar numa empresa o tempo todo eu sou peão de trecho. Quer dizer, tava aqui, tava em São Paulo. Aquele momento era disso também. Nós trabalhadores também temos a nossa história, hoje tô aqui, amanhã tô em outro lugar. Existia entre os trabalhadores esta formação, que era importante pra ele (...) Eu não tinha coragem de fazer aquilo, até porque eu fiquei, tinha o movimento sindical e tudo, mas pra muita gente foi bom. Era uma questão pessoal também... era uma linguagem entre nós, não vou esquentar aqui, não nasci aqui (...) também teve essa época que trabalhar na empreiteira pagava mais que a Verolme, hoje a crise não permite isso”(eletricista 2)

“ porque, naquela época, você podia pedir conta, hoje, numa empresa, que usava muito fazer 3, 4 meses numa empresa e pedir pra ir embora ou ir pra ela, mesmo, mas em outro lugar, que, aí, eu recebia meus direito. Isso existia muito, nessa época.” (encanador 2)

O modelo de industrialização que se afirmava ia cerceando cada vez mais essa mobilidade e, com o fim do Milagre Brasileiro e a crise econômica que começou a se

instalar, as possibilidades foram-se tornando ainda mais restritas. A extrema valorização que o emprego na Verolme adquiriu para os trabalhadores e o status que ele passou a ocupar na sociedade local são atribuídos a esse processo de escasseamento das oportunidades e de reduções salariais constantes nos outros ramos produtivos.

“aí, já tava entrando essa situação de desemprego no país. Eu procurei serviço na profissão, o quê que aconteceu? Não achei pra lá. Procurei no Rio, Volta Redonda, Barra Mansa. Não consegui. Aí, voltei pra Verolme. Quando foi 12 dias que eu tava trabalhando, não tinha nem assinado minha carteira, novamente, a Tequinte manda um mensageiro dela vim aqui, me buscar. Que tinha que ser naquele dia, pra, no outro dia, eu já tá tocando uma obra, lá, em Belo Horizonte, em Betim, lá, na Petrobrás (...) Aí, primeiro, fui conversar com meu supervisor, na Verolme, e tal. Eu falei: mas a situação minha é delicada, é essa: eu vou ganhar três vezes mais do que eu ganho aqui. Então, eu não posso perder, mesmo que seja por pouco tempo, eu não vou poder perder essa chance. Aí, fui pra casa, conversei com a minha mulher. Porque a gente morava aqui, eu trabalhando, lá, em Belo Horizonte! Aí, conversei com ela. Ela falou: se é pro nosso bem, vai. Aí, fui. Cheguei, lá, também, instrumentação e elétrica (...) assumi o quadro, lá, em Belo Horizonte. Graças a Deus, também, trabalhei 2 anos, entreguei a obra no final, com o elogio da Petrobrás (...) tem carta, lá em casa, de elogio, dizendo que, qualquer oportunidade, eu poderia voltar. Mas, aí, a crise tava já instalada.” (encanador 1)

Conciliar as responsabilidades com a família e a vida no trecho nem sempre era possível.

“Você não tava conseguindo emprego, o que aconteceu foi o seguinte: eu terminei, lá, e voltei. E já vim com a idéia mais fixa, também, de não ficar correndo. Aí, eu já tinha enjoado. Aquilo que eu queria fazer, eu fiz, já. Já tinha constado que era bom, mas não era seguro, entendeu?(...) Eu comecei a acompanhar Tequinte. Eu acabava uma obra num lugar, ela mandava pra outra, fui ficando. E, aí, de repente, começou o desemprego total. Começou de pessoas que tava quase aposentando, que já vinha fazendo carreira na Tequinte, também, começou a ser demitido. E, aí, eu, também, peguei essa demissão. E aí, ficou difícil, pra mim, e eu pensei, não tinha outro caminho. Eu falei: eu vou voltar pra Verolme que, lá, é emprego fixo. E, aí, foi que eu comecei minha vida, também. Porque eu fazia tudo isso, ganhava muito dinheiro, mas não aproveitava. Que a minha mulher tava aqui, eu tava lá. E eu ficava gastando muito. Você sai muito, quando você não tá com a tua família. Você, qualquer um que chega na tua casa ou no teu hotel (eu morava em hotel), te chama: vamo em tal lugar assim, assim? Vamo. Não tem não. Vamo. E, aí, chega de madrugada, chega de manhã. Aí,

gasta. Quer dizer, o gasto é dobrado, do que você tem. Então, não adianta você ganhar muito. Eu recomencei (...) Eu posso dizer que a minhas coisa que eu tenho, que eu comecei minha vida, foi ganho tudo na Verolme.” (encanador 1)

Estabilizar-se no emprego era sinônimo de maturidade, um requisito do homem adulto. A valorização do trabalho no estaleiro foi sendo ressaltada como uma forma de garantir o acesso a esse ideal de homem-trabalhador.

“o sujeito quando tava trabalhando na Verolme, todo pai queria que a filha namorasse e casasse (...) já era um futuro. Já era um futuro mesmo, você com 14 anos já tinha uma profissão (...) Eu ainda foi na área técnica, mas outros chegaram à direção da empresa (...) então significava muito ter uma profissão naquela época, ainda mais eu filho de uma viúva naquela idade, então foi muito importante, ainda é até hoje. Eu sou nascido e criado em Angra dos Reis.. Foi gratificante, o que traz é você se sentir profissional. Dizem que o trabalho é honra, o trabalho é uma honra mesmo pra todos os homens (...) me trouxe vida, me trouxe atividade, família, me trouxe responsabilidade e aí a gente vai assumindo os outros vários compromissos, a gente vai aprendendo da relação com os outros homens, se aproximando do próximo. A socialização do trabalho, da vida, isso vai abrindo vários horizontes (...) até uma coisa que eu nunca achava que eu seria, técnico de futebol nos fins de semana ”. (eletricista 1)

“... na verdade, todo peão, todo trabalhador que cai no trecho é porque precisa de emprego. Quando consegue que se consolida o emprego, cê fixa no emprego, você pára. Foi o que aconteceu comigo eu vim pra Angra, comecei a gostar daqui, fiquei...”(pintor 2)

A QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NA VEROLME

À exceção dos entrevistados que trabalhavam nos setores de jato e pintura, todos os demais passaram por um processo de formação profissional voltado para o desempenho na construção naval, que foi oferecido pela Verolme ou por outros estaleiros.

“a profissão é fundamental na vida de um homem (...) eu com 14 anos já era operador naval, depois passei a estudar eletricidade... Eu com 17 anos já era profissional de eletricidade...”(eletricista 1)

O modelo industrial ainda oferecia muitas oportunidades, mas requeria um perfil profissional diferenciado e o empenho pessoal em conquistá-las. Abriam-se novas perspectivas, e a qualificação profissional era uma delas. Estas perspectivas, embora restritas a uma “educação para o trabalho”, constituíram um ponto de passagem importante na ascensão social pelo trabalho como parte dos projetos de vida dos entrevistados, o que, de certo modo, veio a ocorrer mais tarde.

Guimarães *et al* (1993 / 1995), ao analisarem as trajetórias dos operários do setor petroquímico baiano, apontam que nos projetos desses trabalhadores, a qualificação profissional no setor petroquímico significava a “estratégia de atalho” para uma mobilidade social importante, sem que fosse necessário o investimento numa formação profissional mais cara e demorada. Guardadas as devidas proporções, no caso dos trabalhadores da Verolme ocorreu um processo semelhante.

O setor naval, no seu auge, como vimos anteriormente, proporcionava a estes trabalhadores um padrão econômico difícil de ser obtido em qualquer outro setor que exigisse o mesmo nível de escolaridade. No entanto, não nos parece tratar-se aqui de uma estratégia de atalho, propriamente dita, se considerarmos que para a maioria dos entrevistados as perspectivas de escolaridade mais elevada eram bastante reduzidas, devido à sua origem social (apenas dois dos entrevistados puderam cursar o 2º grau).

“Agora, aquela hora de passar pra Verolme, demos foi muita sorte, na época (...) Graças a Deus e, também, porque a gente era muito esforçado. Tudo que eles pediam, a gente fazia. Pra dobrar, ficar final de

semana, nós ficava, né? Aí, quando foi com esses dois meses, o homem chamou lá e falou comigo: ô ...você quer fichar na Verolme? Olha, querer, eu queria. Tinha a maior vontade, mas porque eu não tenho chance porque eu não tinha nenhum conhecimento, aí, pra entrar na empresa, aí meu estudo, também, não tinha nenhum. Praticamente, nem o nome eu sabia fazer direito, era aquela garrancheira. Aí, ele falou isso: nós damos uma força pra você, você pode ir lá, vou dar um papelzinho daqui, você vai lá. Mesmo se você não souber fazer a ficha, você pede pro pessoal, aí, que eles faz. E, realmente, eu pedi pra eles fazer. Porque eu não sabia fazer mesmo, não. Eu sabia que eu não tinha chance nenhuma de fichar na Verolme, né? Ainda mais com este problema de não ter estudo, né? Mas, graças a Deus, eu fui lá e ele fez pra mim (...) eu era pintor e jatista, naquela época. Tinha que fazer as 2 função, né? Era a função, na minha ficha. Realmente, essas duas função executei...” (pintor 1)

Outro aspecto importante, no que diz respeito à qualificação profissional, é que mesmo nesses casos em que não houve exigência de escolaridade, nem o acesso à política de qualificação da empresa, o investimento afetivo e, de longo prazo na profissão esteve presente durante toda a trajetória destes trabalhadores.

Nos relatos, os modos como eram executadas as tarefas foram descritos com minuciosidade e estas consideradas como desafios gratificantes. Para sua eficácia, suscitavam habilidades e competências pessoais e permitiam ainda definir parceiros, promovendo um sentido de pertencimento, nos termos em que o coloca Dejours (1983), “algo através do qual o sujeito compartilha traços comuns, semelhantes aos dos demais membros de uma comunidade”.

Por um lado, dentro da rígida organização do trabalho, a qualificação pode ser compreendida enquanto um conjunto de habilidades úteis, demandadas pelo posto de trabalho, num sentido restrito. Por outro, o modo como os trabalhadores a desenvolvem pode transformar a execução da atividade numa experiência singular e apontar para a busca de originalidade, mesmo dentro desse tipo de organização.

“ a supervisão da Verolme me tinha como um bom profissional. Inclusive, todas as provas de mar, eu ia (...) foi uma vida divertida, eu fui aprendendo. E você aprender e saber; e saber que você aprendeu é

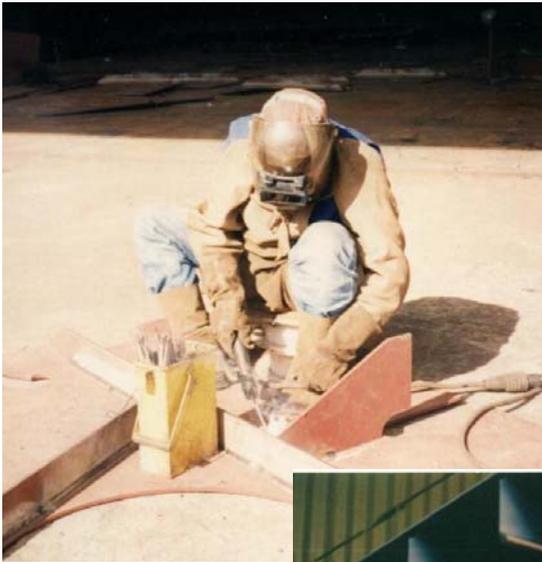
coisa muito gostosa. É uma coisa que você pisa firme... eu fui um profissional, na Verolme, que, graças a Deus, eu falava: eu sou encanador, eu sou tubuleiro; mas eu sou encanador. Eu dizia, assim, porque, nunca, teve um desenho que o encarregado me desse, ou o mestre me desse, que eu não fizesse aquela obra. Mesmo se ela tivesse problema, eu chamava eles e dizia onde tava o problema e eu que decidia o que ia fazer, entendeu? Então, lá na Verolme, todo mundo me respeita. Mesmo eu sendo sindicalista - que eu fui; que, hoje, eu não sou -, mas, mesmo assim, todos eles me respeita, mestre, encarregado, todo mundo (...) Porque eu sabia - não desfazendo de ninguém; que eu não tenho essa fase; você sabe, que eu acabei de falar, aqui, que eu só tenho o 3º ano primário e sou até acomodado com isso - mas eu sabia qualquer tipo de bomba, de bombeamento, essa coisa toda, instrumento de medida de óleo, essa coisa toda, eu sabia tanto como eles ou até mais, porque eles não tinha a prática que eu tinha. Porque eles conhecia no papel e eu conhecia dentro daquele próprio material, eu conhecia a coisa .” (encanador 3)

Considerando-se a qualificação neste sentido mais amplo, como aponta Dejours (1983), onde, além do domínio da técnica, contam a inteligência e a destreza pessoal e se desenvolvem julgamentos criteriosos, não apenas pelas chefias mas, também, entre os pares, podemos compreender que o desemprego suscita uma dinâmica muito mais complexa do que apenas a perda da sobrevivência.

“ aprendi muito numa empresa dessa, não só a profissão, mas até conviver, viver, estar hoje conversando em vários segmentos da sociedade o que representa a construção naval” (eletricista 1)

Nas circunstâncias atuais, este aprendizado é visto como uma herança, como algo próprio, intransferível e que perdura a este processo todo.

“ ninguém tira de nós a forma de trabalhar, esse meitier.” (eletricista 2)



O TRABALHO NO ESTALEIRO E A PROTEÇÃO DA SAÚDE

O processo de construção da identidade masculina, como apontado por Nardi (1998), vincula de forma indissociável, o trabalho a outras funções morais de bom pai, honesto, forte, provedor do lar. Estas dimensões do processo de socialização foram ressaltadas nos depoimentos, através da valorização do trabalho no estaleiro como um elemento de garantia ao acesso desse ideal de homem-trabalhador e, que aponta para processos de socialização bastante contundentes, no que tange às diferenciações entre os modos de ser masculino e feminino.

A construção de “estratégias viris” (Dejours,1999) teve um papel fundamental no que diz respeito ao enfrentamento dos riscos do trabalho pelos trabalhadores, condição para a permanência no emprego, e para a consolidação do orgulho pelo trabalho no estaleiro.

*“ meus primos não aguentaram o serviço e foram embora para Volta Redonda (...) as irmãs que colocaram na cabeça deles que não podia encarar essa braba que construção naval de vez em quando morria um (...) era um cara mais medroso que a gente (...) o outro a cabeça dele não firmava em lugar nenhum (...) cada hora era de uma religião.”
(jatista 1)*

Do mesmo modo, a ausência de uma política de proteção à saúde, por parte da empresa, se apoiava nessa ideologia defensiva que caracteriza os riscos do trabalho como um desafio natural a ser ultrapassado cotidianamente. Sem esta estratégia, a continuidade do trabalho no estaleiro seria impossível. O depoimento da esposa de um dos entrevistados e participou em alguns momentos da entrevista e nos descreve:

“ ele dormia assim: respirava, era aquele cheiro de tinta, aquele cheiro de tinta que eu não agüentava. Eu tinha que cobrir a cara ou, então, virar pro outro lado. Quando ele tava dormindo, pro meu lado, era aquele cheiro de tinta na boca dele. Ele tinha que tomar leite direto (...) Mas, não passava aquele cheiro de tinta”

O marido: - mas, pintor na Verolme é isso mesmo (...) se o sujeito tá lá, pistolando, ele tá com capuz. Mas quando ele tá trabalhando com recorte é aquilo mesmo. Entendeu? É em cima, mesmo (...) Quando tá de capuz, não. Tudo bem (...) Se tiver pistolando, a, não, porque ele tá com aquele arzinho, ali. Mas na hora que ele vai rolar ou recortar com aquele capuz, não tem condições, né? Tem que ser na cara limpa, mesmo..” (jatista 2)

“ vou dizer por mim, acho que deve ser igual com outros também: o homem quando vai no médico é porque ele tá muito ruim mesmo, aí ele vai ao médico, talvez não entre esse negócio de machismo não, é que vamos supor, no período atual, o cidadão que vai muito ao médico ele é visado, aquele muito doente também, o cidadão tem problema, é visado. Esses pequenos detalhe fazem com que o cara fuja de comparecer ao médico. São essas imagens que a empresa tem dos funcionários e que faz o cara agüentar até as últimas conseqüências ...” (encanador 2)

Foram relatadas, no entanto, situações onde a convivência com os riscos do trabalho tornou-se intolerável, retirando-se, até mesmo, o uso de equipamentos de proteção.

“ quando foi no Emaq, a gente foi fazer um jato de um navio,, e lá eu vi como é que os pintor trabalhava, né? Os pintor lá não pode usar capuz. É porque não pode usar, mesmo. Entendeu? Aí, eu conversando, lá, com o encarregado, um dia, eu falei com ele: olha, por que vocês não dão capuz pros pintor, aí? Ele disse: não, aqui, tem uma lei, aqui dentro desse estaleiro, que não pode pintor usar capuz (...) olha, meu amigo, é o seguinte, aqui, o que a gente precisa é da produção. Eu digo: não, mas eu acho que a pessoa, se tivesse de capuz, ele não vai dar menos produção. Entendeu? Aí, o encarregado disse: não, mas, aqui, tem que ser assim. Olha, sinceramente, a gente olhava, assim, do convés do navio, lá no fundo do duto, o navio já tinha ido pra prova de mar, né? Aí, então, lá não é mar, que a água, lá, à vista dessa água daqui, é uma lama (...) Porque, lá, você olhar, assim, de cima de um navio, não tem quem veja um peixe passando dentro d’água.e aqui esse mar tão lindo. Lá é tanta poluição, que você não vê, mesmo, não. Pode perguntar pro pessoal. Lá na Ilha do Governador (...) Aí, eu conversando com esse dito encarregado, eu falei com ele que eu não trabalhava daquele jeito. Ele disse: trabalha, sim. Trabalho, não.”(pintor 1)

Reconhecer a própria fragilidade diante dos riscos, recusar o cumprimento de tarefas perigosas e participar das lutas políticas por melhores condições de trabalho, travadas em diversos momentos no estaleiro, foram algumas das estratégias encontradas pelos trabalhadores para a desconstrução dessa linguagem que impõe os riscos e a violência como inerentes ao trabalho e para a criação de alternativas mais saudáveis.

“as condições de trabalho, quando a gente tá iniciando não percebe, quando vai depois de um determinado tempo, a gente vai aprendendo, vai percebendo que aqueles outros companheiros... ao caminhar desses anos todos eu agradeço a Deus de ter chegado aqui, porque muitos outros foram ficando pelo caminho. Porque a questão da empresa, quando ela dá 35%, é chamado insalubridade é uma situação muito difícil tinha um bom salário mais era um risco de vida (...), a empresa todo dia sofria acidente de trabalho, como aquele que não sofre acidente mais tarde sofre de doenças ocupacionais, as cargas elétricas (...) os próprios 35% já diziam isso, insalubridade. A gente ah, vai melhorar salário mas, não tinha noção porque o patrão não deixa você enxergar isso (...) ao longo desse tempo você vai percebend.Eu percebi que outras pessoas que tava caminhando na empresa há mais tempo nos orientava, com o tempo agente vai dosando essa questão da vida mas, isso é um aprendizado muito longo...” (eletricista 1)

“ e tinha muita coisa que, mesmo com a Verolme legalzinho como era, mas, sempre, você vê erro. Em todo lugar tem erro. Aqui dentro tem muito erro. Tá? Aí, eu via aqueles erro e eu me metia (...) Mas, aí, eu me envolvia muito com o pessoal do Sindicato, naquela época, né? Eu, também, não gostava de ver muita coisa errada em volta de mim (...) Aí, com esse negócio de arrocho, a primeira coisa que foi saindo foi os direito que o pião tinha (...) aí, eu me envolvia. E, aí, eu comecei a me meter com muita coisa assim, aí, eles começaram, já, mesmo sabendo que eu era um bom profissional, me recusar em alguns tipo de ... aonde tinha muita gente, eles não queria que eu ficasse. Eles queria me impor, assim, um trabalho aonde tinha menos gente pra não ... pra ter menos provocação, sabe?. Aí, nesse mesmo tempo, eu, sempre, ia no sindicato, conversava com o pessoal. E, pra mim, o sindicato, naquela época, era muito correto (...) Isso foi há 10 anos atrás (...) Por aí, em 88. Aí, resolvi. Passei por cima, também, que a minha mulher não queria que eu viesse em chapa de Sindicato. A única vez que ela foi contra foi quando eu quis ir pro sindicato; ela achou que era perigoso, não achava bom (...) Então, mas, mesmo assim, eu passei por cima.” (encanador 1)

Em algumas situações, apenas a saída do estaleiro e a ocupação em outras atividades permitiu-lhes romper com o sofrimento gerado nessa convivência.

“ o que aconteceu? Quando foi agora, que a Verolme terminou, que veio a EISA fazer esse navio, aí, me chamaram, né? Eu saí da Verolme, dia 18; eu ia fichar, parece que, dia 21 ou 22. Já fichava direto, né? Quer dizer, o encarregado me chamou pra ir. Eu digo: vamos, sim. Mas eu tava com capuz novo, tinha o capuz pra trabalhar. Aí, quando chega, lá, na hora, eu perguntei logo, lá, na portaria, né? Falei: vem cá, será que a gente, posso usar capuz, lá dentro? ‘Pode, não’. Eu digo: não, meu amigo, eu tenho um capuz velho, aí, eu posso levar ele? Ele disse: ‘Não. Mesmo que você tenha algum capuz, aí, não pode levar, de jeito nenhum.’ Aí, eu perguntei pro cara: por que não pode? ‘Não pode porque a pessoa que usa capuz dá menos produção.’ Eu falei com ele: não; faz o seguinte, eu fícho, vou trabalhar de capuz, quando for no final do dia, você mede a minha produção, se for menos que a dos outros, aí, eu vou trabalhar sem capuz. Disse: ‘ não; eu vou falar a verdade, porque se você usar capuz, vai dar mal exemplo pros outros’. Então, eu já sabendo, lá do Emaq, né? Que eu tinha visto lá, né?(...) Aí, eu voltei, falei com o encarregado: não, bota outro no meu lugar, que eu não vou fichar, mais não. Aí, ele: ‘não, rapaz; não faz isso, não; fica, porque você vai trabalhar, lá; a gente dá um jeito’. Não. Eu vou criar problema, porque, chega lá dentro, eles não vão deixar, e eu não vou lixar, ali,

com lixadeira no fundo do duto sem capuz, mesmo. Já não tenho saúde, se eu for trabalhar na lixadeira, morro mais rápido, ainda. Não vou não. Aí, desisti, não fichei, não. Aí, o pessoal que fichou ficou lá 1 ano, parece. Ficaram 1 ano, até agora. E eu não fui, não.” (pintor 1)

A saída do estaleiro foi considerada como tendo seu aspecto “terapêutico” por ter lhes permitido o afastamento desses riscos.

“aí, me chamaram (...) que ia começar o jato desse dito navio que tava da Petrobrás. Mas, eu tava com um contrato lá na Câmara, né?(...) eu não quis voltar porque o salário de lá tava bem melhor. E outra coisa, também, não ia ter poluição. Lá, a vantagem que tinha, também, era essa. Lá dentro, eu tava trabalhando com pintura, ganhando melhor e não ia ter a poluição que tem lá dentro da Verolme, né?Porque eu já sabia que o jato era brabo mesmo (...) Eu fiquei, parece que, 5 meses na Câmara dos Vereadores (...) só voltei, porque lá, também, o meu contrato terminou mesmo. E eu sabia que por aqui, trabalho pra pessoa ganhar dinheiro, assim, que nem eu tava, não era tão fácil, também. Aí, eu voltei. E eu gostava muito da Verolme, mesmo.” (jatista 2)

Nestas experiências, mesmo aqueles trabalhos com vínculo informal pareceram, por vezes, mais seguros do que o trabalho no estaleiro.

“ passei de novo numa prova pra trabalhar lá na Verolme, mas era pra trabalhar à noite feito morcego, eu não quis não, eu cresci o olho numa outra empresa, um era fixo e o outro era temporário. Eu peguei o temporário e deixei o fixo pra lá. Preferi trabalhar de dia, quem trabalha de noite é morcego carregando fruta por aí.” (encanador 3)

Tanto o desejo de proteger a própria saúde quanto a busca de uma melhor qualificação profissional, impulsionaram algumas escolhas quanto à deixar o estaleiro por outros empregos.

“ eu tinha uns 19 anos. Naquela época tinha a escolinha, mas eu estudava na Verolme fazendo Telecurso, à noite. Eu entrei como ajudante,saí porque já tinha um determinado ponto e eu achava que já dava pra assumir uma certa posição como oficial e eles não davam essa gratificação.Quando eles pediram eu já tinha saído, e o salário não alterou nada, era só a gratificação. Só com essa saída minha pra trabalhar fora na Rhodia é que eu consegui trabalhar de meio oficial e,

logo em seguida, fui promovido a oficial e, lá mesmo, eu fiz cursos de matemática básica, de refrigeração.” (encanador 2)

Durante o primeiro fechamento da Verolme, estas iniciativas serviram, ainda, para minimizar o seu impacto na vida dos trabalhadores.

“ pra muita gente o primeiro fechamento da Verolme serviu de lição (...) inclusive teve um colega meu que urrou pra caramba e me disse: ‘eu não urro mais!’ Ele segurou pra caramba já tem a casa dele e hoje tá, tá fora da Verolme mas, dá pra segurar por um bom tempo (...) Urrar é a linguagem do peão, quer dizer passar fome (...) todo mundo ficou mesmo urrando, sem saber o que fazer, e tá voltando essa situação, mas já não tá tanto (...) Hoje o pessoal tá resistindo mais um pouco por causa do conhecimento, sabe se virar mais um pouco. Eu graças a Deus dei meu jeito por que já morava aqui, já conhecia há bastante tempo, sempre tive conhecimento. Trabalhei de biscate, trabalhei em pintura civil depois(...) uma semana aqui, outra ali até voltar pra Verolme. Sempre aqui em Angra mesmo, não sai (...) não urrei tanto mas, que foi horrível foi. Não urro mais.” (jatista 1)

Durante os últimos anos, com o prolongamento da crise, estas possibilidades surgiram, para alguns, perspectivas de uma vida mais autônoma em relação ao estaleiro.

“ o negócio do frango foi em 90 (...) todo mundo ficava fora. Teve muita gente que mesmo tando fichado na Verolme, eles arrumaram emprego e foram trabalhar. Arrumar um meio de sobrevivência, né? A Empresa tava fechada, não tava pagando. Mas eu, como era do Sindicato, eu não podia sair de Angra. Eu não podia fichar, novamente. Eu tinha de ficar, aqui, pra administrar a situação. E, aí, foi um meio que eu tive pra sobreviver em Angra, foi pensando em criar frango. Comecei criar a primeira remessa, abati, vendi. Mas, de repente, não deu certo, que em Angra, não é bom pra criar frango. Esse tempo de Angra é muito ruim. Mas em Lídice, tinha um criador, lá, e eu fiz um contrato com ele de comprar 400 frango, toda semana (...) Eu punha lá em casa; levava uma parte pro abatedouro. Lá, eu abatia e vendia. e aí vem esse negócio de

abatedouro, por esse tempo todo (...) eu continuei com o negócio de frango, como trabalho, até hoje. Eu tenho o mercado, aqui, mas eu adoro abater frango. Eu gosto de fazer aquele trabalho (...) E, aí, a idéia do mercado foi essa. Porque eu já tava com pequena experiência de comércio (...) Eu pensei só o seguinte: eu vou entrar e vai dar certo, se Deus quiser. E entrei, graças a Deus. Entrei pequeno. Hoje, o meu mercado tá bem sortido.” (encanador 1)

Além de criar outras habilidades profissionais, este processo permitiu-lhes ampliar a própria visão de mundo e construção de novas habilidades para a vida.

“ quando começou aquele negócio de atrasar pagamento, não tinha dinheiro, aquilo me deixou nervoso. Já que você trabalha de segunda à sexta, 30 dias, se fosse carregando papel dava até pra agüentar um pouco mais, porque papel você tem um gasto de energia, mas não, o serviço, na maioria dos casos, era braçal, você não tem como esperar, você faz uma conta tem que pagar e aí não tem dinheiro, aí começa a loucura (...) Quando eu saí em 90, não voltei mais não, não voltei não, fui trabalhar em uma porção de lugar fora mas, eu também não fiquei parado, reclamando, se eu fosse ficar aqui, talvez não sei, talvez eu fosse ficar com aquela mentalidade atrasada, como um vereador aqui de Angra que foi dizer pra mim que o culpado da Verolme falir foi o sindicato e eu descartei pra ele, que isso é mentira, sindicato não fali empresa. Eu nunca fui de sindicato, mas sei, eu quando trabalhei na WolsK teve uma redução de não sei quantos funcionários (...) aqui em Angra o pessoal não sai pra fora pra ver como é que é.” (encanador 2)

As opiniões acerca do desfecho da crise atual e quanto às possíveis alternativas de enfrentamento do desemprego se diferenciam a partir das diversas formas conceber a relação com o trabalho no estaleiro e os significados de uma relação salarial estável para os seus projetos pessoais.

“ em 90, fechou o estaleiro mas os trabalhadores estavam com vínculo empregatício (...) a dívida trabalhista, ela é líquida e na justiça ela tem uma dinâmica, custa a pagar mas, o patrão tem que pagar. Então tinha esse laço, o que hoje se perdeu. O movimento sindical errou quando tirou esse laço, quer dizer a empresa hoje realmente fechou. Isso foi muito ruim para todos os trabalhadores (...) foi um grande erro achar que a rescisão seria a salvação dos trabalhadores, o que na verdade não é. O importante para cada trabalhador no seu dia-a-dia, isso eu tenho certeza, é que você tenha o salário mensal. Por que com isso você vive.

Quando você tem a demissão e logo o pagamento, depois você fica desempregado não tem como ganhar, e esse país é difícil. Esse país é movido a dinheiro, capital você tem que ter dinheiro, no mínimo ter seu crédito.. Os trabalhadores tem uma cultura salarial, ao longo desses anos todos (...) Então o salário mensal faz com que você conviva, você já sabe viver nessa bola de neve. É difícil mas, é salutar, você consegue viver ao longo do tempo.”(eletricista 1)

Para outros, é exatamente a autonomia em relação ao estaleiro e as possibilidades de trabalho fora dessa vinculação salarial que pode lhes oferecer maiores perspectivas na situação atual.

“ enfrentamo aquela crise, que ela foi um dos momento muito delicado. Porque, o quê que aconteceu? Era uma crise que havia demissão, mas não havia pagamento da demissão. E isso, o trabalhador saía dali, às vezes, com 20 anos de casa, com uma situação que ele poderia passar aí, talvez nem ser preciso ser empregado mais. Como,eu hoje, eu não sou mais empregado, tenho minha situação com o quê? Com a demissão que eu recebi, eu coloquei meu negócio. E eu tô vivendo, tô sobrevivendo. E, aí, muitos trabalhador que poderia ter passado por isso, não, ele ficou desempregado e sem dinheiro, com a demissão presa, sem receber nada. E com um dinheiro que ele poderia, até, montar um negócio (...), Dessa vez, nós tivemos uma crise, mas uma crise parcial. Porque você nota que a situação de Angra não ficou tão delicada como em 90,tá ruim porque nós passamos por uma crise mundial. Quer dizer, o Brasil, principalmente, é o carro chefe do desemprego (...) Por quê que não ficou tão delicada como em 90? Muita gente que saiu, daqui, da Verolme, saiu e recebeu dessa vez foi uma crise totalmente diferente. Foi uma crise de desemprego, mas uma crise que os funcionários recebeu seus direito. Um montou uma serralheria; outro montou um botequim pra vender pinga pros outro, outro montou um mercadinho, outro comprou um sítio(...) Outro montou uma oficina, comprou ferramenta, e assim tá. Deu pra se virar, sem depender tanto da empresa. Você vê que a crise é totalmente diferente de 90. A crise de 90 era de desespero e choro.” (encanador 1)

AS ATUAIS RELAÇÕES COM O TRABALHO E OS PROJETOS PESSOAIS

“ o desemprego machuca, o homem de bem não sabe o que fazer se desespera (...) pessoas de bem fazem tudo para não cometer delito.” (eletricista 2)

“ chega a situação de passar necessidade. Os filhos que estavam estudando, sai também pra trabalhar, as filhas, começa a trabalhar e a estudar a noite. As vezes não está preparado para a vida noturna. Você vê que a cada dia aumenta o número de jovens drogados, meninas se prostituindo. Tudo uma relação da questão social que ocorreu com os pais, com a família. A companheira também sai pra trabalhar e não tem trabalho, aí vai lavar roupa, fazer faxina, unha (...) acaba o padrão de vida mesmo, zera... ” (eletricista 1)

Apesar das atuais dificuldades financeiras serem responsáveis por extremas mudanças na vida desses trabalhadores, é o retraimento da vida social, em decorrência do afastamento do estaleiro, que aparece nos depoimentos como o principal problema.

“ eu sou casado dois filhos, 26 anos de empresa Verolme hoje tô me aposentando, mas, ao mesmo tempo, com saúde, saudável, e eu queria tá empregado, porque ainda tenho um laço de emprego com a empresa (...) Eu tô aposentado com saúde. É uma experiência que eu observo, eu lembro que no passado participei de muita atividade esportiva e agora você não consegue mais juntar esse pessoal, não tem ânimo. É muito difícil chegar nessa faixa de idade e ainda o teu presidente te chama de vagabundo. Isso machuca muito. A vida toda eu ouvi elogio: ‘ você é trabalhador, o que você é? Sou metalúrgico. Vai no bar joga conversa fora: ‘ como é que é, hoje é sexta-feira, vai viajar com a família? Vamos pescar. Acabou isso. Você liga a televisão, só notícia ruim Falar da Verolme as pessoas tem trauma, ‘ pô aquela coisa boa nunca mais vai voltar’, a desilusão, um momento de desesperança mesmo. A coisa ruim no homem é a desesperança.” (eletricista 2)

A maioria dos entrevistados possui, de 40 a 49 anos de idade e foram habituados a compartilhar o ambiente do estaleiro cerca de 14 horas/dia, durante anos. Refazer o

próprio cotidiano tornou-se um desafio enorme para estes trabalhadores e provocou transformações importantes em sua dinâmica familiar.

“ meu dia-a-dia tem sido muito difícil. Eu que achava que trabalhando vinte e cinco anos eu ia chegar, ia criar os meus filhos, ter uma relação boa com a minha esposa. Percebo que é o momento em que eu tô precisando mais, porque o físico já não guenta né, você fica em casa não tem o que fazer. As coisas ficam apertando, é um apavoramento, uma desconpreensão. A companheira vê a gente em casa toda hora, e a gente não tem resposta para aquilo, as coisas cada dia vai se complicando. Eu me sinto ruim com isso (...) saio para conversar e o companheiro tá pior. Ele vem desabafar comigo, eu vou desabafar com ele. A força que a gente busca é essa que você tá vendo aqui. É essa a família, os filhos, os amigos que a gente conversa. Mas a transformação há de vir, é nisso que a gente busca força...”(eletricista 1)

Trata-se de refazer os significados do tempo, do aprendizado de questões consideradas as mais simples no dia-a-dia da casa, de encontrar um novo lugar na dinâmica do lar e de vencer esse estranhamento. Estas inquietações não foram diferentes para aqueles que mantêm alguma fonte de renda ou aqueles cujas companheiras trabalham e dividem igualmente as despesas com a casa. Uma simples inversão de papéis não miniza a questão.

No desenrolar dessas trajetórias, o trabalho assalariado foi o elemento que permitiu a esses trabalhadores serem reconhecidos pelos pares e como membros da congregação masculina. Trata-se de uma certa noção pessoal de “utilidade social” que se apóia na afirmação do trabalho assalariado como o de maior utilidade e como ideal que foi alcançado. Na situação de desemprego esse ideal desmorona.

Torna-se necessária uma certa dissolução de identidades que permita jogar com os sentidos do trabalho e recuperar seu caráter enigmático, além de poder recriar o que vem a ser esse domínio do masculino. As possibilidades de redistribuição das responsabilidades e de negociação entre os membros da família tornaram-se essenciais para que esses trabalhadores construíssem maior autonomia em relação ao estaleiro e pudessem ter mais tranquilidade para buscar formas de trabalho que considerassem mais saudáveis.

Quando essas possibilidades se concretizaram, contribuíram para reduzir o sofrimento diante das dificuldades financeiras e para a redefinição dos projetos pessoais. Mesmo

quando as experiências não foram suficientes para que o emprego, o trabalho assalariado, deixasse de ser considerado como a principal forma de produção social, aquela que assegura um lugar na sociedade, algumas dessas experimentações pessoais tem possibilitado a busca de novas atividades e a descoberta de habilidades pessoais até então ignoradas ou subestimadas.

“tô parado. Depois que a Verolme fechou eu trabalhei uns seis meses num navio, lá em Niterói e depois fiquei parado (...) Tô tendo mais tempo pra pintar, você viu a exposição lá na Casa da Cultura? Tem uns quadros meus lá; agora tô aproveitando pra fazer uns cursos de desenho, por que eu sempre desenhei até uns desenhos industrial mas, nunca tive certificado (...) e pode ser que também ajude.” (pintor 4)

No entanto, do ponto de vista das políticas de geração de emprego, as novas perspectivas de qualificação profissional que se apresentam, são consideradas inconsistentes e de pouca aplicabilidade.

“eu não consegui ver nada naquele curso do FAT, aquele lá do Projeto INTEGRAR..” (jatinista 2)

Estas alternativas exigem uma apropriação quase que imediata do conhecimento apresentado, sem oferecerem, no entanto, perspectivas concretas de reinserção no mercado de trabalho. Trata-se de um processo bastante diferenciado do vivido por eles durante os anos de trabalho na Verolme, onde a qualificação ia se dando a longo prazo. Reiniciar um processo de aprendizado profissional nesses termos, depois dos anos dedicados ao trabalho na construção naval e diante de um mercado cada vez mais seletivo, parece ser uma alternativa inviável.

“ eu tô um pouco preocupado porque tô a dois meses parado, na expectativa da Verolme voltar até fevereiro (...) eu já tô correndo atrás de biscate. Tudo que eu penso é voltar pra lá até me aposentar. Não tem outra coisa aqui em Angra. Não tem muita coisa pra gente fazer, por causa da profissão também. O cara trabalhar na roça depois até 22 anos, eu não sei o que é aprender uma boa profissão, três profissão por exemplo pra me virar, eu sei é pintar mesmo, jatear e fazer alguma coisinha de encanador isso eu sei mas, não sou profissional. Então não consegui aprender tanta coisa, não consegui passar pela escolinha da

Verolme, então fica difícil né? uma pessoa que tem três ou quatro profissão aí ainda dá pra se virar.” (jatista 1)

Por outro lado, a medida em que, também, não encontram espaços para o trabalho como metalúrgico e este começa a ser considerado obsoleto, os trabalhadores se remetem a uma identidade profissional que encontra-se extremamente vulnerável diante do mercado de trabalho atual.

“ eu enquanto cidadão,eu não tenho mais profissão, ela modernizou muito.”(eletricista 3)

“ muitos tem se virado na base do chamado bico e aí, diminuindo o máximo o padrão de vida, diminuiu muito. Muitos entregaram seus carros (...) no dia-a-dia, a cesta básica só faz o trivial, estão se virando dessa forma. Aí vai inchar um outro setor, vai fazer esse bico na construção civil. Nós trabalhadores, devido a situação, entra na profissão do outro e aí enfraquece. A rotatividade na construção civil que é grande, fica mais inchada.” (eletricista 2)

Em algumas situações, quando os agravos á saúde ocasionados pelo trabalho no estaleiro provocaram alguma restrição laborativa, a ambivalência em relação ao afastamento do estaleiro é grande diante da ausência de perspectivas de obter novo trabalho.

“ esse meu caso, com esse problema meu, se eu trabalhar em barulho, se eu voltar a trabalhar no barulho que eu trabalhava, eu posso ficar, até, maluco. Não pode, de jeito nenhum (...) eu fui, dei entrada no INPS e tô encostado, né? Aí, eu já fui no Rio 2 vezes lá, no Centro de Recuperação(...) O problema é que ela falou que nem opera, e só a única coisa eu posso fazer é assim: eu não ir mais trabalhar em barulho. Se eu não continuar tendo barulho, isso vai parar por aqui. Vai ficar assim, mas não vai aumentar. Agora, se eu continuar trabalhando em barulho, disse que eu posso ficar surdo de tudo e você ir falar uma coisa comigo e eu não entender (...) Realmente, já acontece isso comigo, esse do zumbido, não pára, de jeito nenhum. Quando é à noite, que fica silêncio, isso aumenta demais. Eu, pra dormir, ou ligo um rádio baixinho ou, então, ligo um ventilador, né? Mas tem que ligar toda a noite, o ano

todo. Aí, abafa um pouco, aí, dá pra dormir. Mas, mesmo assim, eu acordo na noite...”(jatista 2)

O desejo de retornar ao trabalho no estaleiro acaba por se tornar, também, uma forma de resgatar a própria história, visto que o vigor físico e o melhor da capacidade de trabalho foram deixados para trás.

“ voltar pra Verolme, se esse problema meu não se agravar e se o INPS mandar embora e não se agravando, eu posso voltar. Mas só que no setor que eu trabalhava, eu não posso mais. Aí, é que é o problema (...) A minha vantagem é essa que, graças a Deus, não dói, né?(...) É que um servicinho em casa, assim, eu faço, né? Tô fazendo essa massa aí, tô fazendo porque, também, a massa corrida não tem barulho nenhum, né? Aí, tô fazendo essa massa, ali, e vou pintar a casa, aí, em baixo, né? Mas pra trabalhar, assim, fora, eu não trabalho, não. Tô parado. Aí, se eu não tivesse encostado, aí, tinha que dar um jeito, né? Porque como é que eu ia sustentar a família, parado, sem dinheiro, né? (...) São 4 filhos.”(pintor 1)

A pequena credibilidade de que gozam os órgãos da previdência social junto aos trabalhadores torna ainda mais instáveis as perspectivas de contar com algum tipo de respaldo por parte desses órgãos.

“ porque eu sei que tô, lá, encostado, no INSS. Mas eu sei que não vai ser muito tempo. Eu tenho certeza que eles, lá, eles ia mandar pra CRP, porque é pra você poder , reabilitação, né? Aí, lá, eles te diz que você pode trabalhar, como falaram pros meus colegas, já, que você pode trabalhar vendendo numa banca de cachorro quente, vendendo picolé na praia. E, pra eles, se você ganhar 10 centavos, por dia, ou 20 já dá pra sustentar a família. Eu me preocupo, sim.”(pintor 2)

Diante da instabilidade do mercado de trabalho do país, até quando foram criadas alternativas pessoais que permitiram a independência em relação ao estaleiro, sua reabertura continua sendo considerada uma perspectiva fundamental.

“ eu não tenho como avaliar um futuro legal, não sei como avaliar (...) naquela área de São Paulo você pode trabalhar 60 dias como pode acontecer de você trabalhar nem um dia, como garantia é difícil alguma coisa que dê certeza do amanhã (...) Angra tá ruim? vai morar lá pra

você vê. Eu voltei pra cá, tô trabalhando lá em Furnas, na empreiteira UNAMON. Tô há um ano e até quando eles deixarem .”(encanador 3)

Neste sentido, as possibilidades de montar “o próprio negócio”, são entendidas como oportunidades de “driblar um pouco essa crise” e não consistem, necessariamente, numa expectativa de vencer na vida ou de alcançar o mito do empresário bem sucedido.

Mesmo nas situações em que o desligamento do estaleiro é considerado definitivo, sua recuperação é vista como uma promessa para as gerações futuras.

“ o que eu tô pensando da minha vida é o seguinte: eu penso em me aposentar. Agora, dentro desses 3 meses, antes que esse governo muda a política toda, eu penso em me aposentar e penso em continuar tocando o meu negócio que qual você, agora, conhece. É tudo que eu sonhava, né? O meu projeto era esse: um projeto de vida de trabalhar e aposentar. Hoje, eu tenho outro. Graças a Deus, eu tenho o projeto de me aposentar e continuar com o meu negócio, (...) E eu quero me aposentar por isso: porque eu me aposentando, se eu tiver uma queda, eu tenho minha garantia, de ao menos a minha comida (...) Mas eu queria que o meu filho tivesse a mesma oportunidade que eu tive de entrar, dessa empresa reabrir e ele poder entrar nela e sair com a satisfação que eu tô saindo, hoje. Porque, hoje, ela tá fechada, eu tô, aqui, do lado de fora, torcendo que ela abra. Mas, ela abrindo, eu não volto mais, tá? Até pela idade, mesmo, que existe essa relação profissional hoje, que eles tão aproveitando os mais novos. Tem gente sobrando. Tem desempregado sobrando, né? Então, eles podem escolher. Mas, graças a Deus, eu tive essa oportunidade de chegar até aqui, com 48 anos. Mas, espero que, se Deus quiser, meu filho possa passar por essa caminhada que eu passei e que saia, no fim dela, com a mesma alegria que eu saí, entendeu?”(encanador1)

OS REENCONTROS COM O LUGAR

Numa olhadela para todos esses anos, os trabalhadores trazem à tona a força “daqueles

tempos”. O início do trabalho no estaleiro que, por vezes, foi o responsável pela mudança para Angra. O começo da vida na cidade, as andanças pelo trecho. Em cada percurso, idas e vindas, as aventuras do trabalho, inspirando a vida. Trabalharam muito, suas trajetórias compõem esse lugar. Mas, diante do desemprego, o perigo de que tudo isso se retraia.

Para se criar alternativas é preciso refazer essa relação com o território. Neste sentido, as estratégias relatadas, traduzem algumas das formas como estes trabalhadores encontram-se no território e tem feito “uso” dele (Santos,1996), reconstruindo suas relações de pertencimento, de contiguidade e vizinhança.

“ o companheiro busca um ao outro empresta (...) quando percebe que tem alguém desesperado, dá a mão.”(pintor 3)

“... uns busca a religião, outros o companheiro é solidário e busca um ao outro. Existe coisas assim de empréstimo mesmo, me empresta aí isso, amanhã te pago. Na verdade as vezes não paga, o outro vai pede a outro. Quer dizer essa coisa de ser solidário mesmo. Quando a gente percebe que tem alguém que tá desesperado dá uma mão um ao outro, então é assim que a gente tá agindo...” (pintor 3)

Trata-se de pertencer ao território e transformá-lo, permitindo-se pautar em outros domínios da vida, onde o território é um dado ativo, indissociável de suas perspectivas e no qual estas se transformam e podem dar novos rumos às experiências de desemprego.

“... a gente acredita que vai superar. Cria força, esse povo cria força, cria luta. Tem um negócio desse aí : e a luta continua. E aí companheiro? E a luta continua... e a luta continua... e a luta continua. acho que isso dá força um pro outro e a gente cresce... É isso que alguns companheiros passa pra gente e a gente passa também pro outro...e a gente acredita nisso...” (eletricista 2)

“... a gente tá vendo aí cada dia que passa uma coisa boa. Tá vendo os sem-terra, os sem-teto, então quando se une fica diferente, a história fica diferente. então nada como unir essa camada de trabalhadores esse povo e rever seus direitos. Porque o que a gente tá querendo é só direito, direito de trabalhar, direito de cidadão. Não se encolher, pelo contrário que se debata...” (encanador 3)

E, mesmo diante de um futuro obscuro e das lembranças de tempos que não voltam mais, a possibilidade de continuar gerando ação política se reafirma de diversas formas.

“ hoje nós estamos conversando de fazer uma comissão de desempregados, pra que a gente possa no dia-a-dia conversar levar experiência, ser solidário a esse companheiro, não deixar o companheiro sozinho. Porque, as vezes, o problema do companheiro e ele sozinho, isso não é bom, pode ser fatal.”(eletricista 1)

Este fazer uso do território no enfrentamento do desemprego constitui-se um fator de proteção à saúde essencial. Somam-se alguns elementos fundamentais, tais como, a busca por interferir na gestão do território através da implementação de políticas públicas que reorientem a geração de trabalho e renda em Angra e a preservação dos vínculos relacionais, que foram construídos durante os anos e não se restringem ao trabalho no estaleiro.

“ é um lugar que eu adoro - Angra dos Reis, tá? Pra mim, é um dos melhores lugar do mundo. Já trabalhei em vários cantos do país. Já trabalhei em 8 Estado. E, Angra, pra mim, é em primeiro lugar. Já trabalhei muito no Rio, também, mas Angra, pra mim, é o princípio e, pra mim, acho que vai ser fim, também. Adoro Angra. Eu tinha idéia, quando era mais novo, de, quando eu me aposentasse, voltar pra Minas. A minha idéia, hoje, eu sou angrense. Tenho dois filhos angrenses e eu, também, acho que sou.”(encanador 1)

Tornar-se “angrense” não é apenas ter deixado de ser “forasteiro”, mas é, acima de tudo, ter construído trajetórias impregnadas pelos encontros gratificantes com o lugar:

“ Tanto é, que a Verolme fechou e eu continuei aqui.”(pintor 2)

“porque, com tudo que aconteceu na Verolme, com tudo, eu tenho uma satisfação muito grande de ter vindo pra Angra dos Reis, ter vivido todo esse pedaço que eu vivi. Que eu não vivi todo esse trecho em Angra. Você sabe que eu saí pra uma aventura. Uma aventura que deu certo, mas vim, também, fechar esse começo perto do fim, né? Então, pra mim, foi maravilhoso. Então a minha satisfação é muito grande por isso que meus erro tá aí (...) Eu não tô preparado pra falar, o meu português é um desastre, mas eu tô soltando ele aqui totalmente, tá junto com a minha vida que sempre foi essa, sempre gostosa.”(encanador 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo, buscamos compreender as implicações do fechamento do estaleiro para os trabalhadores, na expectativa de conhecer suas estratégias de enfrentamento do desemprego e refletir sobre o modo como as ações de Saúde do Trabalhador podem contribuir no desenvolvimento dessas estratégias. Nossa tentativa foi então, a de explicitar “condições de inclusão social” que podem vir a impedir a desfiliação social desses trabalhadores e atuar como fatores de proteção a sua saúde no enfrentamento do desemprego.

Ao longo dos depoimentos, foi se compondo um quadro de vida no qual as trajetórias dos trabalhadores são expressões da consolidação de um mercado de trabalho, onde o emprego assalariado tornou-se o estatuto mais desejável e capaz de permitir a programação de seus projetos de vida e os de seus familiares. Por um lado, às custas de uma transformação territorial brutal onde, ao mesmo tempo em que se empurra os grupos populacionais à migrações internas, impede-se sua mobilidade no interior das cidades, constituindo-se uma espécie de alienação que, entretanto, torna a cidade “impalpável” (Santos,1998).

No caso de Angra, como vimos, esta transformação implicou numa subordinação ao modelo de desenvolvimento vigente, que direcionou suas potencialidades econômicas para os grandes projetos, reduzindo as opções quanto a outros modelos. Impuseram-se valores sociais em confronto aos existentes, sem levar em conta a cultura do lugar e a de seus novos moradores, o que reforçou a dependência em relação a empresas como a Verolme. O território que agora analisamos, tendo como marco a implantação e o fechamento do estaleiro Verolme, certamente poderia ter outras referências no que tange a geração de trabalho e renda com perspectivas mais saudáveis.

Por outro lado, às custas do assujeitamento desses trabalhadores à uma identidade pautada pelo trabalho no estaleiro e marcada pelo contraste entre o trabalhador, provedor, viril e aquele cuja fragilidade encontra-se tanto no fato de não ter emprego,

não prover a família, quanto de não conseguir agüentar os riscos do trabalho no estaleiro. Este processo, ao mesmo tempo em que lhes permitiu realizar alguns projetos de vida, contribuiu para o almodamento de uma série deles, subordinando-os a condição de estar empregado no estaleiro.

O confronto com a crise e a experiência do desemprego, foram responsáveis por uma série de transtornos no cotidiano desses trabalhadores. Uma diversidade de situações em que a necessidade de reorientarem seus projetos de vida e os de suas famílias gerou angústia e sofrimento, trazendo à tona a fragilidade de uma inserção social atribuída, prioritariamente, ao trabalho no estaleiro. Inserção que hoje, carece-lhes de sentido. Todavia, constatamos uma diversidade de estratégias que expressam sua luta contra o empobrecimento da relação com o trabalho, vão muito além da mera passividade e fazem parte de um processo de construção e desconstrução dos sentidos que o trabalho adquiriu ao longo de suas vidas.

No enfrentamento do desemprego, as estratégias constantemente viabilizadas por esses trabalhadores, seja no sentido de, novamente, reerguerem o estaleiro ou na busca de autonomia em relação a ele, nos oferecem “pistas” de como a perplexidade, diante do prolongamento e indefinição dessa crise, vem sendo transformada em ação capaz de, inúmeras vezes, mitigar-lhes o sofrimento e proporcionar alternativas. As diversas formas de ação coletiva encontradas pelos grupos de trabalhadores que mantêm a atividade sindical, formaram a Comissão de Desempregados, buscam atuar junto ao poder público e aos movimentos sociais existentes em Angra e na região, independente das divergências existentes entre eles, nos oferecem alguns exemplos dessa resistência.

Ao construírem essas estratégias, muitos trabalhadores ainda se pautam numa identidade gerada a partir do trabalho no estaleiro e atribuem toda a capacidade de gerar ação política à preservação dessa identidade. Porém, nos mostram que trata-se de uma questão mais complexa, pois o retorno ao emprego já não lhes assegura mais a tranquilidade diante de “uma Verolme que nunca mais vai ser a mesma” e a obtenção de um novo emprego também é considerada pontual e incerta diante do crescimento global do desemprego.

Desta ambiguidade fazem parte também experiências que reafirmam a existência das redes sociais, mesmo nas situações em que a luta por mais empregos tem sido o elemento propulsor da organização política desses trabalhadores. Nos demonstram que para criar alternativas mais consistentes e condições de proteção à saúde é preciso refazer essa relação com o território, resgatando alguns elementos fundamentais, que são indissociáveis do trabalho mas, de modo algum, podem ser atribuídos, exclusivamente, a um emprego no estaleiro ou a outro emprego qualquer.

Estas reflexões não são peculiares a um ou outro trabalhador, mas encontram-se presentes e misturadas o tempo todo no dia-a-dia do conjunto dos entrevistados, oras provocando o desalento oras renovando as energias para forjarem alternativas. As estratégias relatadas, traduzem algumas das formas como estes trabalhadores situam-se no território, revelam o uso de um território compartilhado e, o território habitado, como afirma Santos (1996), “cria novas sinergias e acaba por impor ao mundo uma revanche”.

O processo de vigilância em saúde do trabalhador desenvolvido no estaleiro Verolme adquiriu, como vimos, desdobramentos que contribuíram para a ampliação das ações e a consolidação de alguns serviços no âmbito do SUS em Angra. O trabalho realizado no estaleiro Verolme, apesar de suas limitações, foram suficientes para evidenciar a intensidade de um quadro de agravos à saúde que necessita ser melhor investigado, tanto na atenção à saúde dos trabalhadores que encontram-se desempregados e são portadores de doenças ocupacionais, quanto na investigação dos agravos possivelmente existentes em trabalhadores demitidos do estaleiro sem nenhum tipo de avaliação do seu estado de saúde. Permanece como um dos desdobramentos possíveis desse estudo a abordagem das trajetórias dos trabalhadores que, ao perderem o emprego no estaleiro, tiveram de deixar o município desenvolvendo novos percursos migratórios em busca de trabalho.

Deparamo-nos com o desafio de compor estratégias de acolhimento, privilegiando a criação de espaços que favoreçam a escuta desses trabalhadores pelos serviços de saúde. A configuração desses espaços, consiste numa forma de aglutinar elementos importantes no que tange à proteção da saúde e as possibilidades de novas respostas coletivas a essa crise.

Trazer à tona o depoimento dos trabalhadores acerca dessa experiência, nos possibilita compreender que, mesmo dentro de um cenário bastante ambíguo, pleno de incertezas quanto aos seus possíveis desfechos, as formas de sobrevivência e organização política encontradas por estes trabalhadores podem vir a proporcionar além do resgate de relações solidárias, a reinvenção de redes sociais, de vínculos com o trabalho e culturais.

Nas ações de vigilância em saúde do trabalhador, como afirma Machado (1996: 40), “estão presentes também os condicionantes espaciais, institucionais, os de organização dos trabalhadores e os geográficos de diversas qualidades”, e o território age ainda como fator dominante em si e não só como espaço aglutinador de situações de riscos e efeitos. A articulação das ações de saúde do trabalhador aos movimentos sociais que vem se organizando para o enfrentamento do desemprego em Angra nos parece fundamental. Trata-se de uma vinculação estreita entre o caráter assistencial, propriamente dito, que esses espaços devem ter e o de servirem de cenário para que novos agentes sociais possam se agregar a esta luta contra os impactos do desemprego e por perspectivas de trabalho mais saudáveis.

O desemprego recoloca a questão dos grandes projetos e dos impactos ambientais, e com eles os dilemas quanto as escolhas que cada sociedade e aqueles que a gerenciam necessitam fazer quanto à direção a tomar no combate as mazelas do desemprego. Neste sentido, a saúde do trabalhador, enquanto uma política pública assume, um papel fundamental em garantir maior visibilidade dos riscos e agravos aos quais estão sujeitas as populações pelo processo produtivo.

A conquista do que é saudável, do que promove a saúde, pode ser vista como algo que agrega, como uma busca que mobiliza a ação política e se desdobra em variações bastante complexas. A compreensão desses elementos políticos, ideológicos, técnicos, torna possível resgatar dimensões do cotidiano que se articulam e constituem elementos fundamentais à intervenção nos processos saúde-doença. No território se produzem condições de possibilidade à transformação das práticas sanitárias assim como das relações trabalho-saúde.

“É preciso procurar no território da produção, por onde se trava a revanche .”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, J. 1994. **La Feminizacion de la pobreza en América Latina.** Rede Entre Mujeres -diálogo Sur- Norte, Lima, Peru.
- ATHAYDE, M. 1997. Produção de subjetividade frente a produção bloqueada: os "sem" e à cena do corte. in: **A Danação do Trabalho.** Té Corá Editora, Rio de Janeiro.
- BARROS, R.; CAMARGO, J.M.; MENDONÇA, R. 1995. Pobreza, estrutura familiar e trabalho. in: **O trabalho no Brasil no Limiar do século XXI.** (Org: Fernandes, R.). Editora Ltr São Paulo.
- BECKER, B.O. 1985. Os Deserdados da Terra. in: **Ciência Hoje**, vol 3, nº7, março-abril
- BOURDIEU, P. 1999. **A Miséria do Mundo.** 3ª ed. Editora Vozes, Petrópolis.
- BOSI, E.1994. **Memória e Sociedade - lembranças de velhos.** F.A.Queiroz Ed, São Paulo.
- BRENNER, M.H.& MOONEY,A.1982. Economic change and sex-especific cardiovascular mortality in Britain (1955-76). in: **Soc. Sci.Med.**16:431-442.
- CALVINO, I. 1994. **Seis propostas para o próximo milênio.** 2ª ed., Companhia das Letras, São Paulo.
- CASTEL, R. 1996. Da indigência à exclusão, a desfiliação - precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: **Saúde e Loucura**, nº4, Ed. HUCITEC, São Paulo.
- CASTEL, R. 1998. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Ed. Vozes, Rio de Janeiro.

- CREPET, P. 1990. **La Mallatie della Disocupazione - le condizioni fisiche e psichiche di chi non ha lavoro.** Ed. Lavoro Roma. Roma, Itália.
- CUELLAR, R.; NORIEGA, M. 1996. Modernizaciones, condiciones de trabajo y salud, in: **Salud de Los Trabajadores**, vol 4, nº1.
- DEW, M.A; BROMET, E.J. & PENKOWER, L.1992. Mental health effects of job loss in women. In: **Phisicological Médicine** (22) 751-764, Great Britain.
- DEJOURS, C. 1983. Reactions psychopatologique aux ruptures involuntaries de activité professionnelle (Retraits, licenciement, maladie, reclassement) in:**Psychologie Médical**, 15(11)1875-1880, Paris, França.
- _____,1985. Organasition du Travail-clivage-alienation. in: Dejours, C.; Veil, C. e Wisner, A. (org.) **Psicopatologie du travail.** Entrepise Modern d’Edition105-111.Paris.
- _____, 1986. Por um novo conceito de saúde. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, nº54, vol.14.
- _____, ABDOUCHELI, E. & JAYET, C.1994. **Psicodinâmica do trabalho- contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** Ed. Atlas, São Paulo.
- _____, 1999. **A Banalização da Injustiça Social.** Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- FERRETI, C.J. 1995. Educação para o trabalho. In: **O trabalho no Brasil no Limiar do século XXI.** (Org: Fernandes, R.). Editora Ltr São Paulo.
- FIGÁ, T.I. 1988. Deseocupazione e salute, in: **Epidemiologia e prevenzione**,34: 50-53
- GUIMARÃES, G. 1997. Uma cidade para todos: o plano diretor do Município de Angra Dos Reis. Ed. Forense, Rio de Janeiro.

- GUIMARÃES, A. S.; AGIER.M.& CASTRO, N.A. 1995."Imagens e Identidades do Trabalho" HUCITEC.
- HIRATA, H. 1993. La Marche du Temps- paradigmes du Travail "un point de vue transversal".In:Futur Anterieur, nº16:p.5-10.
- _____,1997.Globalização, Trabalho e Tecnologia- uma perspectiva de gênero. **8º Encontro Internacional Mulher Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro 16-29 de março.
- HUMPREY, J. 1989. Trabalhadores desempregados, trajetórias de operárias e operários no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 4, nº11, outubro.
- KASL, S.V. & COBB, H.1975. The experience of losing a job reporte changes in health illness behaviour . in: **Pshicosomatic Medicine**, 37:106-122
- LAURELL, A. C. & SERRANO, M. 1982. Crisis y salud en América Latina In : **Revista Centro-Americana de la Salud**, nº 21, p.21-37,janeiro-abril.
- LECRUBIER, Y; WITCHEN, H. V.; FARAVELLI, C.; BOBES, J. & PATH, A.2000. Knap & ndash; A European perspective in social anxiety disorder . in: **Eur Pschiatry Review**, feb. 15 (1) 5-16
- LIRA, E. & WEINSTEIN, E.1983. Desempleo y dano psicológico. In: **II Encontro Latino-Americano e VI International da Rede de Alternativas á Psiquiatria**, texto mimeo, Belo Horizonte.
- LOPES, J.S. L. 1978. **O Vapor do Diabo- o trabalho dos operários de açúcar**. 2ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MACHADO, J. M. H. 1996. **Alternativas e processos de vigilância em saúde do trabalhador: a heterogeneidade da intervenção**. Tese de doutoramento em Ciências na área de Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

- MARCLL, S.; TAYLA, R.; ARRIVE, S.; KEIR, C.; MESTEM, J. 1994. A cohort study of unemployment as a cause of psychological disturbance in Australian youth in Sea. In: **Sci Medicine**, Vol. 38, n 11.
- MASON, A. R. & BOUTILEU, M. A. 199 .Unemployment as an Issue for Public Health: Preliminary Finding From North York. In: **Revue Canadienne de Santé Publique (86)**.
- MENDES, E. V. 1994. **Distrito Sanitário**. Ed. HUCITEC, Rio de Janeiro.
- MENENDEZ, F.P. 1984. Trabajo, miedo al despido y paro- tres graves amenazas del obrero. In: **Coordinadora Nacional de Trabajadores en paro de Euskadi Sur: 40-54**.
- MINAYO, M.C. de S. 1986. **Os homens de Ferro**. Dois Portos Ed. Rio de Janeiro.
- MINAYO, M.C. de S. 1994. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 2ª ed. HUCITC-ABRASCO. Rio de Janeiro.
- MINAYO-GOMES,C.; THEDIM-SOUZA,S.M.F.1997. A construção do campo da Saúde do Trabalhador: percursos e dilemas. In:**Cadernos de Saúde Pública** vol.13, supl.2 ENSP/FIOCRUZ.
- MIRANDA,A.C. 1997. **A Vigilância em saúde na Indústria Naval: o caso dos trabalhadores em atividade de pintura em um estaleiro no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- MORELL, S.;TAYLOR R.;QUINE,S.;KEV.C. &WESTERN,J. 1994. A cohort study of unemployment as a cause of psychological disturbance in Australian Youth. in: **Sci Medicine**, vol 38, nº11.Elsevier Science Ltda, Great Britain.

- NARDI, H.C. 1998. O Ethos masculino e o Adoecimento Relacionado ao Trabalho. in: **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas** org.: DUARTE, L.F. & LEAL, O.F.: 95-105, Ed. FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- NEVES, M.A. 1995. **Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de contagem**. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- PACHECO-FERREIRA, H.; HAICKEL, S.; NORONHA, C.; LOUZADA-SAMPAIO, F.; BARROS, L.; BARROS, M.; CURI, R., SANT ANNA, F.; MORAES, S. & SILVA, E. 1998. Intoxicação por Solventes Orgânicos Neurotóxicos em Trabalhadores do Estaleiro Verolme, Angra dos Reis/ Rj. in: **IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia** (poster), Rio de Janeiro.
- PHILLIPE, A. 1990. Risque Suicidaire et Statut Professionnel. In: **Revue Trimestrielle du SNPMT** (143): 48-52.
- PRETTI, A; MIOTTO, P. 1999. Suicide and unemployment in Italy, 1982-1994. In : **J. Epidemiol Community Health**, 53 (11): 694 - 701.
- ROSA, M.I. 1994. **Trabalho, subjetividade e poder**. Ed. USP, São Paulo.
- SANT ANNA, F.C.R. 1996. Em defesa da vida no trabalho. In: **As Políticas Públicas no Município de Angra dos Reis**, Cadernos do IPUB, vol 4, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. 1996. O retorno do território. In: **Território, globalização e fragmentação** (Orgs: Santos, M.; Souza, M.A.; Silveira, M.L.). Editora Hucitec.
- _____ 1997. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. HUCITEC. São Paulo.
- _____ 1998. **O espaço do cidadão**. 4ª edição. Editora Nobel, São Paulo.
- SELIGMANN-SILVA, E. 1994. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Ed. Cortez, São Paulo.

1997. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: **A Danação do trabalho**. Te Cora Editora, Rio de Janeiro.